



Alexandre Rodrigues Ferreira

por Emílio A. Goeldi



Editora Universidade de Brasília

CNPq

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

Emílio Goeldi registrou os principais aspectos da vida e da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira impelido por um “espírito de corporação, a profunda compaixão a um colega, cujos merecimentos não foram devidamente apreciados nem pelos contemporâneos nem pela posteridade”.

Através do texto de Emílio Goeldi o leitor perceberá que a biografia de Alexandre Rodrigues Ferreira prefigura um padrão no qual se enquadram frequentemente as vidas de cientistas em condições sociais e econômicas instáveis.

A expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759 coloca a universidade portuguesa em contato com a ciência dos países mais avançados da época. Como resultado, passa, em 1768, por uma profunda reforma. É nesse ambiente idealista, de mudanças, que o jovem Alexandre Rodrigues Ferreira opta por uma carreira científica.

É interessante que se observe, ao mesmo tempo, que o naturalista Emílio Goeldi sofreria problemas análogos aos de seu biografado.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO DIRETOR

Abílio Machado Filho
· Amadeu Cury
Aristides Azevedo Pacheco Leão
Isaac Kerstenetzky
José Carlos de Almeida Azevedo
José Carlos Vieira de Figueiredo
José Ephim Mindlin
José Vieira de Vasconcellos

Reitor: José Carlos de Almeida Azevedo
Vice-Reitor: Luiz Octávio Moraes de Sousa Carmo

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO EDITORIAL

Afonso Arinos de Melo Franco
Arnaldo Machado Camargo Filho
Cândido Mendes de Almeida
Carlos Castello Branco
Geraldo Severo de Souza Ávila
Heitor Aquino Ferreira
Hélio Jaguaribe
Josaphat Marinho
José Francisco Paes Landim
José Honório Rodrigues
Luiz Viana Filho
Miguel Reale
Octaciano Nogueira
Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
Vicente de Paulo Barretto

Presidente: Carlos Henrique Cardim

CNPq

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA

Presidente

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque

Vice-Presidente

Guilherme Maurício Souza Marcos de La Penha

Diretor Administrativo

Sérgio Faria Lemos Fonseca Jr.

Diretor de Coordenação

Paulo de Almeida Machado

Diretor de Difusão

Marcus Freire Capobianco

Diretor de Execução

José de Anchieta Moura Fé

Diretor de Fomento

José Duarte de Araújo

COMITÊ EDITORIAL

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque

Guilherme Maurício Souza Marcos de La Penha

José Duarte de Araújo

Ângelo Barbosa Monteiro Machado

Cícero Gontijo

Fernando Irajá Félix de Carvalho

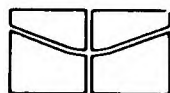
Francisco Almeida Biato

Mário Guimarães Ferri

Simon Schwartzman

Alexandre Rodrigues Ferreira

por Emílio A. Goeldi



Editora Universidade de Brasília

Com o apoio



FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Este livro ou parte dele
não pode ser reproduzido sob nenhuma forma
por mimeógrafo ou outro meio qualquer
sem autorização prévia do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 – Brasília – Distrito Federal

F 383g

Goeldi, Emil August, 1859-1917.
Alexandre Rodrigues Ferreira. Brasília,
Editora Universidade de Brasília, c 1982.
80 p.

929 F383g
t

502(81)

Sumário

Apresentação	13
Bibliografia de Alexandre Rodrigues Ferreira	17
Introdução	25
Capítulo I. Algumas notícias sobre a vida de Alexandre R. Ferreira	27
Capítulo II. Os trabalhos de Alexandre R. Ferreira, especialmente aqueles relacionados com a zoologia, botânica e etnografia amazônicas	35
Capítulo III. O Itinerário da Viagem Filosófica no Rio Negro, segundo o respectivo “Diário”.	43
Capítulo IV. Fragmentos sobre etnografia e zoologia amazônicas, extraídos do mesmo “Diário”	51
Capítulo V. Outros fragmentos	63
Capítulo VI. O que eu penso acerca da moléstia que sofreu Alexandre Rodrigues Ferreira nos seus últimos anos de vida	65
Capítulo VII. Apreciação de Alexandre Rodrigues Ferreira como escritor, geógrafo, etnógrafo, naturalista e economista	71
Capítulo VIII. Observações finais.	75
Notas.	77
Post-Scriptum.	78

COLEÇÃO ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

APRESENTAÇÃO

Notas sobre a tradição naturalista

Está sendo redescoberta pela Ciência a relevância da tradição naturalista. Muito se fala hoje da excessiva departamentalização do conhecimento em instituições de pesquisa, da necessidade da pesquisa multidisciplinar e de uma compatibilidade maior entre os sistemas de investigação científica e a realidade a que se referem. O real é uno e contínuo, sendo recortado de formas diversas através de instrumentos epistemológicos. As divisões tradicionais entre as disciplinas são fundamentais, na maioria dos casos, para seu crescimento individual, mas podem fazer com que se perca de vista pelo menos alguns dos nexos que articulam entre si os diferentes campos do conhecimento. A abordagem naturalista, devido à amplitude de seu enfoque, pode ser um meio eficiente para que se tratem diversas das questões com que se defronta o cientista de hoje — daí o interesse que vem despertando ultimamente.

A “História Natural” compreendia em seu cerne os ramos da Botânica e da Zoologia e não opunha barreiras à inclusão de outras disciplinas como a Geologia, a Química, a Astronomia e os campos que trabalham com o domínio da Natureza, mesmo a Antropologia, de pleno direito uma Ciência Social. Esta visão da Antropologia decorria de uma interpretação etnocêntrica das culturas ditas primitivas, vistas como parte integrante e indiferenciada do meio natural.

O interesse do naturalismo está também em seu método, cuja preocupação predominante era a sistemática — a classificação. Os princípios lógicos organizadores das taxonomias remontam a Aristóteles, sinteticamente: “gênero próximo, diferença específica” como forma de distinguir as classes. Embora o termo “História Natural” já há muito tempo descrevesse o conjunto de conhecimentos sobre as coisas da natureza, o naturalismo só encontraria sua identidade e seu método no séc. XVIII, com a obra de Linneu, quando surge a tentativa de se criar um amplo sistema integrado de classificação dos objetos do mundo natural. Ao mesmo tempo em que dava ênfase à descrição, à ordenação e à classificação, a pesquisa naturalista estabelecia uma série de relações dinâmicas entre os diversos elementos de um sistema que hoje seriam vistas como “ecológicas”.

Não se deve perder de vista, nesta análise, a relação entre este tipo de comportamento científico, a expansão da economia européia e a exploração dos demais continentes.

A formação do sábio naturalista não se limitava ao acúmulo enciclopédico dos conhecimentos compreendidos no conceito “História Natural”. A esfera científica — seu meio — não se separava do ambiente cultural da época. Assim, os velhos naturalistas tinham conhecimentos — por vezes bastantes aprofundados — de Filosofia e Arte, particularmente literatura e pintura, que eram, ao mesmo tempo, instrumentos de trabalho, freqüentemente usados com grande maestria. Muitos dos trabalhos dos antigos naturalistas, a par de comunicarem resultados de investigações científicas, eram elegantes peças literárias ilustradas com gravuras coloridas pintadas pelo próprio pesquisador. Merecem destaque, por exemplo, Alexander Humboldt, Spix, Martins, Suiji Agassiz, etc.

O naturalismo no Brasil

Nos séculos XVI e XVII vários viajantes europeus documentaram suas visitas ao Novo Continente com relatos e desenhos. Trabalhos como os de Jean de Lery, André Thevet, Hans Staden, Gabriel Soares de Souza, Antonil e outros já traziam importantes descrições da flora, da fauna e dos costumes dos índios do Brasil. Esses trabalhos revelam preocupações que mais tarde seriam sistematizadas pelos naturalistas.

É muito difícil identificar o primeiro cientista brasileiro. É evidente que as populações indígenas já tinham investigado e descoberto uma série de princípios de funcionamento do meio natural em que viviam antes da chegada das naus portuguesas. Devemos a eles a domesticação de certas plantas — como a mandioca, a batata e o milho — e um sem número de outras descobertas que seriam científicas fosse Ciência não mais do que uma atividade de investigação racional de certas realidades.

Partindo, no entanto, do ponto de vista da ciência européia (que compreende, além da busca do conhecimento, um corpo de especialistas em produção científica), o primeiro brasileiro a aparecer como cientista foi o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão. Antecipando-se às experiências dos irmãos Montgolfier, Gusmão enchia de espanto os pacatos moradores da cidade de Lisboa em 1709, que viam subir aos céus um balão cheio de ar quente. A “passarola”, nome com que foi batizado o artefato voador de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, foi registrada em alegorias da época com duas enormes asas e uma cabeça de pássaro.

O primeiro brasileiro, no entanto, em quem se reconhece todas as características do cientista, foi o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Nascido na Bahia em 1756, estudou Ciências Naturais em Coimbra e voltou ao Brasil em missão científica no ano de 1783.

Alexandre Rodrigues Ferreira

Um outro naturalista, o suíço Emílio Goeldi, registrou os principais aspectos da vida e da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, impelido por um “espírito de corporação, a profunda compaixão a um colega, cujos merecimentos não foram devidamente apreciados nem pelos contemporâneos nem pela posteridade”.

Atavés do texto de Emílio Goeldi que se segue a esta apresentação, o leitor perceberá que a biografia de Alexandre Rodrigues Ferreira prefigura um padrão no qual se

enquadram freqüentemente as vidas de cientistas em condições sociais e econômicas instáveis.

A expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759 coloca a universidade portuguesa em contato com a ciência dos países mais avançados da época. Como resultado, passa, em 1768, por uma profunda reforma. É nesse ambiente idealista, de mudanças, que o jovem Alexandre Rodrigues Ferreira opta por uma carreira científica.

Portugal, a exemplo de outros países, estava decidido a conhecer melhor o potencial econômico de suas colônias — as da África e o Brasil —, como fazia freqüentemente a Inglaterra. O Brasil já fora objeto de expedições desse tipo, organizadas por Maurício de Nassau durante o domínio holandês. Nessas, buscavam-se informações sobre plantas cultivadas e sua posterior aclimação ao meio europeu, sobre os minerais e sua utilização econômica, sobre a astronomia e as rotas de navegação e sobre os costumes dos povos desconhecidos (inclusive sua propensão para a guerra e o comércio).

Assim, Alexandre Rodrigues Ferreira é enviado ao Brasil pela coroa portuguesa com o objetivo de fazer pesquisa de campo. De 1785 a 1792 dedica-se à exploração de vastas áreas da Amazônia, muitas delas jamais exploradas antes. Em 1793, encerrado o trabalho de campo, volta a Portugal. Então começam as dificuldades. Sua carreira se paraliza: apesar de sua insistência, seus trabalhos não foram publicados, vendo-se então obrigado a assumir funções burocráticas, de adequado retorno financeiro, porém geradoras de profundas insatisfações intelectuais, no desempenho das quais permaneceria até morrer, aos 59 anos de idade. As coleções que levava para o Museu Real da Ajuda foram saqueadas em 1808, durante a invasão napoleônica, por Geoffroy de Saint Hilaire. Fragmentos de sua valiosa contribuição científica só seriam publicadas após sua morte. Sua “Viagem Filosófica” só veio a ser publicada em 1971, pelo Conselho Federal de Cultura, após uma prolongada seqüência de dificuldades. Perdeu-se boa parte dessas contribuições. Tudo isso aconteceu em decorrência da instabilidade política em que se encontrava Portugal, que resultara no abandono dos planos de pesquisas nas colônias e, com eles, do trabalho realizado por Alexandre Rodrigues Ferreira. O desgosto acabou por afetar seriamente sua saúde. Emílio Goeldi conta-nos, em “O que eu penso acerca da moléstia de que sofreu Alexandre Rodrigues Ferreira nos seus últimos anos de vida”, da “acerba melancolia” que iria marcar o final da vida do cientista. Nas palavras de Goeldi... “viu chegar uma velhice triste, sem perspectiva de realização de seus ideais e projetos...”. Com tudo isso, Alexandre Rodrigues Ferreira inaugurara, no universo luso-brasileiro, um novo padrão de carreira.

É interessante que se observe, ao mesmo tempo, que o naturalista Emílio Goeldi sofreria problemas análogos aos de seu biografado. A instituição à qual dedicara grande parte de sua vida, o Museu Paraense (hoje Museu Paraense Emílio Goeldi), tivera um declínio drástico com o fim do ciclo da borracha na Amazônia; muitas de suas obras não chegaram a ser divulgadas como deveriam e — como o Museu da Ajuda — o Museu Paraense sofreria saques: em momentos de total abandono administrativo, após a morte de Goeldi, o Museu, se não foi saqueado por tropas estrangeiras, teve suas coleções e biblioteca esvaziadas por pessoas que se serviam dos mais diversos pretextos.

Goeldi refere-se a Alexandre Rodrigues Ferreira como mártir da ciência”. A publicação de obras clássicas pertencentes ao Museu Paraense Emílio Goeldi, assim como

de outras, representativas da tradição naturalista, é uma homenagem a Alexandre Rodrigues Ferreira e a todos os cientistas que, diante de condições sociais adversas, lutam por manter viva e desenvolver a pesquisa científica.

Guilherme Maurício Souza Marcos de La Penha

BIBLIOGRAFIA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

I – Notícias da voluntária redução de paz e amizade da feroz nação do gentio mura nos anos de 1784, 1785 e 1786. (*In Revista do I.H.G.B.*, v. 36, pt. 1., p. 323-392).

Nº 61 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 6.157 C.E.H.B.

II – Miscelânea de observações filosóficas no Estado do Grão-Pará (ano de 1784). (*In Revista nacional de Educação*, nº 9 (junho/1933) p. 55-62).

Nº 57 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 1.007 C.E.H.B.

III – Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro... pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (2ª parte) 1786. (*In Revista do I.H.G.B.*, t. 48, pt. I-II (1885) p. 1-77).

Nº 7 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 1.004-1.005 C.E.H.B.

IV – Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro... pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (2ª parte) 1786. (*In Revista do I.H.G.B.*, t. 49, pt. I-II (1886) p. 123-288).

V – Diário da viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro... pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (3ª parte) 1786. (*In Revista do I.H.G.B.*, t. 50, pt. I-II (1887) p. 11141).

VI – Diário da viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro... pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (4ª parte) 1786. (*In Revista do I.H.G.B.*, t. 51, pt. 1 (1888) p. 5-166).

VII – Fragments manuscrits attribués á Alexandre Rodriguez Ferreira. 1786. *In Annexe au contre-mémoire présenté par le gouvernement de sa Majesté Britannique*, vol. I., (1903) p. 49-52).

VIII – Journal du Rio Branco d'Alexandre Roiz Ferreira, 1786. (*In Nacuco*, Joaquim. *Question de limites. Annexes du second mémoire du Brésil* (1903) v. III, p. 43-57).

Nº 8 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 1.008 C.E.H.B.

IX – Memoria sobre as cuias (1786). (*In Revista Nacional de Educação*, nº 6 (março/1933) p. 58-63).

Nº 32 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 11.377 C.E.H.B.

X – Memoria sobre as salvas de palhinhas (1786). (*In Revista Nacional de Educação*, nº 8 (maio/1933) p. 73-74).

Nº 38 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 11.380 C. E. H. B.

XI – Memória sobre o peixe boi (1786) (*In Arquivo do Museu Nacional*, vol. XII (1903) p. 169-174).

Nº 48 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 11.657 C.E.H.B.

XII – Memoria sobre os instrumentos (1786) (*In Revista Nacional de Educação*, nº 8 (maio/1933) p. 74-76).

Nº 55 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 11.379 C.E.H.B.

XIII – Explicação de ambos os desenhos da planta e do alçado em perspectiva de cada uma das malocas dos gentios curutus... (1787). (*In Revista Nacional de Educação*, nº 8 (maio/1933) p. 76-78).

Nº 12 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 11.382 C.E.H.B.

XIV – Memória de Alexandre Rodrigues Ferreira. (A propósito de uma estampa respresentando um índio cambeba). (1787). (*In Revista Nacional de Educação*, nº 7 (abril/1933) p. 67-72).

Nº 43 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 11.408 C.E.H.B.

XV – Memória sobre o peixe pirarurucu (1787). (*In Arquivo do Museu Nacional*, vol. XII (1903) p. 155-158).

Nº 49 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 11.656 C.E.H.B.

XVI – Traité historique du Rio Branco. Alexandre Roiz Ferreira (1787) (*In Nabuco*, Joaquim. Question de limites. Annexes du second mémóire du Brésil (1903) Vol. III, p. 59-96).

Nº 87 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

XVII – Gruta do Inferno. Descrição feita pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, em Cuiabá. (1789). (*In Revista do I.H.G.B.*, t. 4, 2ª ed. (1863) p. 363-367 e *Revista do I.H.G. de São Paulo*, vol. VI (1900-1901) p. 480-482).

Nº 89 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 659 C.E.H.B.

O texto da viagem à Gruta do Inferno reproduzido pela *Revista do I.H.G.B.* e pela *Revista do I.H.G. de São Paulo* apresenta inúmeras incorreções e divergências em face do original da Biblioteca Nacional. Na primeira *Revista* aparece um largo trecho de duas páginas (p. 363-364) que se não encontra no original manuscrito. O segundo começa com um parágrafo inexistente no original da Biblioteca Nacional. Só um exame demorado e crítico das várias cópias permitirá a apresentação de um texto íntegro.

XVIII – Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamais observados nos Territórios dos três Rios, das Amazonas, Negro e da Madeira... por Alexandre Rodrigues Ferreira (1790) (*In Revista do I.H.G. da Bahia*, nº 60 (1934) p. 5-217).

Nº 62 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 11.623 C.E.H.B.

XIX – Viagem à Gruta das Onças, por Alexandre Rodrigues Ferreira. (Manuscrito oferecido ao Instituto pelo sócio honorário o Sr. Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond). (1790). (*In Revista do I.H.G.B.*, t. 12 1ª ed. (1849) p. 87-95).

Nº 88 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 657-58 – C.E.H.B.

XX – Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela coroa de Portugal, deduzida dos Anais Históricos do Estado do Maranhão e de algumas Memórias e Documentos por onde se acham dispersas as suas provas, por Alexandre Rodrigues Ferreira (1792). (*In Revista do I.H.G.B.*, t. 3, 1ª ed. (1841) p. 389-421).

Nº 72 Cat. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nº 10.521 C.E.H.B.

XXI – Viagem filosófica. Memórias (S.d.). (*In Revista Nacional de Educação*, nº 10 (julho/1933) p. 59-66).

XXII – Estampa inédita da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Macacoprego (sem texto). S.d. (*In Revista Nacional de Educação*, nº 8 (maio/1933) entre p. 40-41).

XXIII – Estampa inédita da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. (Representa um tatu. Sem texto). S.D. (*In Revista Nacional de Educação*, nº 7 (abril/1933) entre p. 48-49).

XXIV – Índio uerequena. Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. (Estampa sem texto). S.1. (*In Revista Nacional de Educação*, nº 10 (julho/1933) entre p. 72-73).

BIBLIOGRAFIA SOBRE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

I – Andrade, Almir de.

Formação da sociologia brasileira. Rio de Janeiro, 1941. (*In v. 1*: “Os primeiros estudos sociais no Brasil”, o autor dedica um capítulo a Alexandre Rodrigues Ferreira; transcreve a bibliografia de Velho Sobrinho e os textos dos manuscritos sobre os índios iurupixuna e caripuna existentes na Biblioteca Nacional).

II – Andrade, Almir de.

Alexandre Rodrigues Ferreira e a introdução do método científico nos estudos sociais do Brasil. (*In* “Jornal do Comércio”, 28/12/1949).

III – Azevedo, Pedro de.

Geoffroy Saint-Hilaire em Lisboa. (Segue-se a transcrição de documentos da época que elucidam o assunto tratado). (*In* Academia de Ciência de Lisboa. Boletim da Classe de Letras, vol. XIV (1919-20) (p. 93-121).

Trata do procedimento de Saint-Hilaire no Museu da Ajuda em virtude da missão de que fora incumbido: colher nos museus de Portugal os exemplares de história natural e também os impressos e manuscritos relativos a esta ciência, precisos para completarem as coleções dos museus de França)

IV – Bethencourt Ferreira, Júlio Guilherme.

A missão de Geoffroy Saint-Hilaire em Espanha e Portugal durante a invasão francesa, em 1808. (*In* Academia de Ciências de Lisboa. Boletim da Segunda Classe, vol. XVII (1923) (p. 208-227).

Refere-se às coleções e documentos que foram levados do Museu da Ajuda para a França, a fim de completarem as coleções dos museus franceses.

V – Bethencourt Ferreira, Júlio Guilherme.

Contribuição de estudo sobre a “Viagem Filosófica” do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. (1793). (*In* Congresso do mundo português (Memórias e comunicações apresentadas ao VII Congresso Luso-Brasileiro de História), vol. XI, t. 3 (1940) (p. 303-309).

VI – Bethencourt Ferreira Júlio Guilherme.

Trabalhos de erpetologia do Museu Bocage. Pt. I: Emidossúrrios da Coleção antiga, provenientes da exploração do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1793); Pt. 2: Tartarugas da Expedição do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1793) ao Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (Segue-se reproduções de gravuras da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira). (*In* Academia de Ciências de Lisboa. Jornal de ciências, matemáticas, físicas e naturais, 3ª série, t. XXIII (1923-24) (p. 77-89).

VII – Bocage, José Vicente Barbosa du.

Instruções práticas sobre o modo de coligir, preparar e remeter produtos zoológicos para o Museu de Lisboa. (*In* p. 2-4 e 67 referências à viagem de exploração de Alexandre Rodrigues Ferreira).

VIII – Chichorro da Gama, A.C.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* “Breve dicionário de autores clássicos da literatura brasileira”, pub. *in* Revista de língua portuguesa, nº 17 (1922) (p. 142-43).

IX – Chichorro da Gama, A.C.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* “Miniaturas biográficas”, p. 95-96).

X – Correia Filho, Virgílio.

... Alexandre Rodrigues Ferreira; vida e obra do grande naturalista brasileiro. Ed. ilustrada.

XI – Correia Filho, Virgílio.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (Notas para um perfil) (*In* Revista da Academia Brasileira de Letras, v. 135 (1933) (p. 348-361).

XII – Costa, Anyone.

Introdução à arqueologia brasileira; etnografia e história. São Paulo, 1934. (*In* p. 27 e 238 referências à viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira).

XIII – Costa e Sá, Manuel José Maria.

Elogio do doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. (Segue-se a "Notícia dos escritos do senhor doutor Alexandre Rodrigues Ferreira"). (*In* História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo V, pt. II (1818), p. 56-81).

XIV – Cruls, Gastão.

Hiléia amazônica, 1944. (*In* p. 11, 132-33 e 197 referências à obra do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, atribuindo-lhe a primazia na descrição do anambé-preto, conhecido como pavão do mato).

XV – Dicionário biográfico de brasileiros célebres.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* p. 1-3).

XVI – Drumond, Antônio de Menezes Vasconcelos de.

Carta escrita de Lisboa por Vasconcelos Drumond ao Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e lida na 55ª sessão, de 16/01/1841, apresentando o relatório do Conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá, relativo aos manuscritos de Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 3, 1 ed (1841) (p.120-123).

XVII – Ferreira Reis, Artur César.

A política de Portugal no vale do Amazonas. Belém, 1940. (*In* p. 89-90 referência à missão de Alexandre Rodrigues Ferreira).

XVIII – Figueiredo, Fidelino de.

Do aspecto científico na colonização portuguesa da América. (*In* Revista de História, nº 53-56 (ano XIV - 1925) (p. 189-220).

Referência a Alexandre Rodrigues Ferreira nas páginas 206-208.

XIX – Figueiredo, Fidelino de.

Estudos de história americana. São Paulo, (1927). (*In* p. 102-106 referência à viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira).

XX – França, Carlos.

Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815); história de uma missão científica ao Brasil no século XVIII. (*In* Boletim da Sociedade Broteriana, vol. I 2ª série, 1922).

XXI – Garcia, Rodolfo Augusto de Amorim.

Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. (Conferência). (Rio de Janeiro) S.D. do M.E.S. 1946. 36 p. 18 cm (coleção brasileira de divulgação, Série II – Biografia, nº 3).

XXII – Garcia, Rodolfo Augusto de Amorim.

História das explorações científicas. (*In* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil, vol. I, cap. XXV, p. 856-910).

Trata da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira: p. 875-879.

XIII – Gikovate, Moysés.

Literatura brasileira. (*In* Revista nacional de educação, nº 11 e 12 (agosto-setembro/1933) p. 130-138).

Referências a Alexandre Rodrigues Ferreira.

XXIV – Goeldi, Emílio Augusto.

Algumas notícias sobre a vida de Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* Revista da Sociedade de Estudos Paraenses, t. I, fasc. III (1894) p. 123-131).

XXV – Goeldi, Emílio Augusto.

Ensaio sobre o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira mormente em relação às suas viagens na Amazônia e sua importância como naturalista, pelo Dr. Emílio A. Goeldi, Pará, A. Silva, 1895. 108 p. 22 cm.

XXVI – Limites – Brasil – Guiana inglesa.

Annexe au contre-mémoire présenté par le gouvernement de sa Majesté Britannique, 1903. (*In* vol. I p. 49-52 reproduz fragmentos de manuscritos atribuídos a Alexandre Rodrigues Ferreira).

XXVII – Loureiro de Souza, Antônio.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* "Bahianos ilustres" (1564-1825) p. 26-27).

XXVIII – Macedo, Joaquim Manoel de.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* “Ano biográfico brasileiro”, v. 3; p. 99-102).

XXIX – Mata, Alfredo da.

O baiano Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, chefe da primeira missão científica do Brasil norte, principalmente no Amazonas. (*In* *Brasi-Médico*, vol. II, n.º 35, p. 133-135).

XXX – Melo Castro, Martinho de.

Expedição do naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil (1783). (*In* *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 55, pt. I-II, p. 229-231).

XXXI – Melo Leitão, Cândido de.

História das expedições científicas no Brasil. São Paulo, 1941. (*In* p. 212; 214-224; 257-259 ocorrem referência a Alexandre Rodrigues Ferreira e à sua viagem).

XXXII – Melo Leitão, Cândido de.

A biologia no Brasil. São Paulo, 1937. (*In* p. 10, 21, 488, 505 ocorrem referências a Alexandre Rodrigues Ferreira).

XXXIII – Melo Leitão, Cândido de.

Zoogeografia do Brasil. São Paulo, 1947. (*In* p. 10, 21, 488, 505 ocorrem referências a Alexandre Rodrigues Ferreira).

XXXIV – Melo Moraes, Alexandre José de.

Corografia histórica do Império do Brasil, 1858. (*In* “Etnografia dos índios do Brasil”, p. 219-504) freqüentes referências às notícias deixadas por Alexandre Rodrigues sobre os índios do Brasil).

XXXV – Miranda Ribeiro, Alípio de.

Inia Geoffrensis (Blainville). (Com 25 figuras). (*In* *Arquivo do Museu Nacional*, vol. XXXVII (1943) p. 23-58).

Freqüentes referências a Alexandre Rodrigues Ferreira, que fora o descobridor do cetáceo estudado no artigo.

XXXVI – Miranda Ribeiro, Alípio de.

Os veados do Brasil segundo as coleções Rondon e de vários museus nacionais e estrangeiros. (*In* *Revista do Museu Paulista*, t. XI (1919) páginas 213-307).

Na primeira parte deste artigo (*Odocoileus suazuapara*) correm várias referências às notícias deixadas por Alexandre Rodrigues sobre este animal).

XXXVII – Moreira, Juliano.

O progresso das ciências no Brasil. Conferência realizada a 24 de outubro de 1912 pelo Dr. Juliano Moreira. (*In* *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 35 (1913) páginas 213-47).

Referências à viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira nas págs. 42 e 43.

XXXVIII – Mota, Artur.

Alexandre Rodrigues Ferreira. Bibliografia. Notícias biográficas e subsídios para o estudo crítico. (*In* “História da literatura brasileira”, v. 2, páginas 403-418).

XXXIX – Nabuco, Joaquim.

O direito do Brasil. Primeira memória. Paris, 1903. (Foi publicada tradução francesa sob o título: “Le droit du Brésil”).

Trata das explorações de Alexandre Rodrigues Ferreira.

O Vol. II dos Anexos da 2ª Memória reproduz, em tradução francesa, o texto dos seguintes trabalho de Alexandre Rodrigues Ferreira: “Journal du Rio Branco”, 1786 (p. 43-57) e “Traité historique du Rio Branco” em 1787 (p. 59-96). Também nos vol. I (p. 61-67) e VI (p. 430-32) da 3ª Memória, ocorrem outras passagens sobre Alexandre Rodrigues Ferreira: na 1ª rebate a contra-memória inglesa e na 2ª utiliza-se de trabalhos do mesmo autor.

XL – Neiva, Artur.

Esboço sobre a Botânica e a Geologia do Brasil de Gabriel Soares de Souza, 1587 a 7 de setembro de 1922. São Paulo, 1929.

Pequena referência a Alexandre Rodrigues Ferreira nas págs. 14-17.

XXI – Pereira da Silva, João Manoel.

Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais. Paris, 1858. (*In* v. 2., Bibliografia, p. 360, referência aos escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira).

XLII – Pina, Luís de.

Ciência. (*In* Peres, Damião. História de Portugal, vol. VI, 2ª parte, cap. IV, p. 493-548).

Referências a Alexandre Rodrigues Ferreira à sua obra de botânica e à sua contribuição ao estudo da etnografia e etnologia.

XLIII – Pina, Luís de.

Os portugueses e a exploração científica do Ultramar. (*In* Portugal. Ministério das colônias. Alta Cultura Colonial. Discurso inaugural e conferências (1936) p. 207-280).

Refere-se à missão científica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira no Brasil.

XLIV – Ribeiro Mendes, João.

Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira – Geógrafo. (Ensaio de síntese. Rio de Janeiro. (Serviço gráfico do Instituto brasileiro de geografia e estatística) 1945. 2 f. p., 68 p. 27 cm.

“Tese apresentada ao X Congresso Brasileiro de Geografia em 1944”. Prêmio “Larragoiti Junior” da Academia Brasileira de Letras em 1974”.

XLV – Ribeiro Mendes, João.

Instruções relativas à viagem filosófica efetuada pelo naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, nos anos de 1783-1792. (*In* Revista da Sociedade Brasileira de Geografia, t. LIII (1946) p. 46-52).

XLVI – Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, *barão do*.

Efemérides brasileiras. (*In* p. 214, 215, 218, 406, 493 notas biográficas de Alexandre Rodrigues Ferreira).

XLVII – Rodrigues, José Honório.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* Revista do Brasil, ano II, 3ª fase, nº 15 (setembro-1939) p. 12-16).

XLVIII – Romero, Sílvio.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* “História da literatura brasileira”, t. 2, 3 ed. 1943) p. 205-211).

XLIX – Roquette Pinto, Edgard.

Rondônia. São Paulo, 1938. (*In* p. 84 e 192 referências a Alexandre Rodrigues Ferreira).

L – Roquette Pinto, Edgard.

Aborígenes e etnógrafos. Conferência realizada a 27 de maio de 1913 pelo Dr. Roquette Pinto. (*In* Anais da Biblioteca Nacional, v. 35 (1913) páginas 89-107). (*In* Roquette Pinto, Edgard. Seixos rolados (1927 p. 106-162).

Dados biográficos e referências à viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira.

LI – Roquette Pinto, Paula.

Um naturalista brasileiro. (*In* Revista nacional de educação, ns. 13-14 (1933) p. 20-230).

LII – Sacramento Blake, Augusto Vitorino Alves.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* “Dicionário bibliográfico brasileiro”, v. I, páginas 41-49).

LIII – Sampaio, Teodoro.

Os naturalistas viajantes dos séculos XVII e XIX e o progresso da etnografia indígena do Brasil. (*In* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo especial consagrado ao 1º Congresso de História Nacional, pt. II, p. 543-549).

Referência à missão científica de Alexandre Rodrigues Ferreira: p. 546-547.

LIV – Santa Rosa, Henrique Américo de.

A depressão amazônica e os seus exploradores. (*In* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo especial, consagrado ao 1º Congresso de História Nacional, pt. II. p. 271-344).

Referência à expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira: p. 316-317.

LV – Silva, Inocêncio Francisco da.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* “Dicionário bibliográfico português”, v. I páginas 39-40).

LVI – Silva Carvalho, José da.

A vinda de Geoffroy Saint-Hilaire a Lisboa. (*In* Boletim da Academia de Ciências de Lisboa, vol. II (nova série, 1930) p. 900-903).

Trata da missão do naturalista francês em Lisboa, com o fim de colher produtos de história natural para os museus de França.

LVII – Silva Pontes, R.S. de.

Biografia de Alexandre Rodrigues Ferreira, extraída por R. S. da Silva Pontes de um elogio feito na Academia de Ciência de Lisboa, por Manoel José Maria da Costa e Sá. Segue-se uma “Notícia dos escritos” e um “aditamento”, onde se encontra o plano de publicações. (*In* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 2, 1 ed. (1840) p. 499-513; 2 ed. (1850) páginas 501-516).

LVIII – Souza Viterbo, Francisco Marques de.

A jardinagem em Portugal. (*In* “O Instituto”, vol. 56 (1909).

Referência a Alexandre Rodrigues Ferreira como Diretor substituto do Jardim Botânico da Ajuda: Cap. XIV: – O Real Jardim Botânico da Ajuda – p. 307.

LIX – Souza Viterbo, Francisco Marques de.

Expedições científico-militares de Portugal ao Brasil. (*In* Revista Militar de Lisboa, v. 45 (1893-95).

LX – Ribeiro, José Silvestre.

História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia. Lisboa, 1872,. (*In* t. II, p. 122-124 referência à viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira e pequena bibliografia para o estudo da sua missão).

LXI – Taunay, Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay, visconde de.

Comentário do Visconde de Taunay sobre a obra de Emílio A. Goeldi, “Ensaio sobre o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira”. (*In* Revista brasileira, t. 5 (1896) p. 61-62).

LXII – Taunay, Affonso de Escragnolle.

Iconografia cafeeira primeva do Brasil. (*In* “Jornal do Comércio”, 3/12/1944).

LVIII – Tavares da Silva.

O cientista luso-brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. (Notas para o seu estudo). (*In* Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 65ª série, ns. 3-4 (março-abril de 1947) p. 117-188 e ns. 5-6 (maio-junho de 1947) p. 279-357).

LXIV – Teixeira de Melo, José Alexandre.

Efemérides nacionais. Rio de Janeiro, 1881. (*In* v. 1. p. 251-252 e 261-262; v. 2, p. 59; 107; 113 e 205 ocorrem referências a Alexandre Rodrigues Ferreira).

LXV – Teixeira de Souza, José Eduardo (e) Souza Brasil, Agostinho de.

As ciências médico-farmacêuticas. (*In* Associação do Quarto Centenário do Descobrimto do Brasil. Livro do Centenário (1500-1900), volume II, p. 50-52).

Registra algumas observações médicas de Alexandre Rodrigues Ferreira.

LXVI – Vale Cabral, Alfredo do.

Alexandre Rodrigues Ferreira. Notícia das obras manuscritas e inéditas relativas à viagem filosófica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso, e Cuiabá: (1783-92), por Alfredo do Vale Cabral. (*In* Anais da Biblioteca Nacional, v. 1, p. 103-129 e 222-247; v. 2, p. 192-198; v. 3 p. 54-67 e 324-354).

LXVII – Varnhagen, Francisco Adolfo, visconde de Porto Seguro.

História geral do Brasil. 3 ed. São Paulo (s.D.) (*In* t. IV, p. 354-357 e 364 referências à viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira).

LXVIII – Velho Sobrinho, João Francisco.

Alexandre Rodrigues Ferreira. (*In* “Dicionário bio-bibliográfico brasileiro”, v. 1. p. 189-195).

LXIX – Vilhena Barbosa, Inácio de.

Jardim Botânico da Ajuda. (*In* “Arquivo pitoresco”, vol. V. (1862) p. 220-222).

Alexandre Rodrigues Ferreira é mencionado, neste artigo, como Diretor substituto do Jardim Botânico da Ajuda.

INTRODUÇÃO

Vibra a minha pena agitadíssima debaixo das múltiplas impressões, que me inspira este assunto, por assim dizer, desde o primeiro dia em que pisei terras brasileiras e em que principiei a verificar de mais perto onde os meus antecessores tinham deixado a obra científica relativa ao Brasil. Por nacionalidade, educação científica, social e política, própria índole, temperamento e convicção profundamente avesso ao espírito do tempo e das rodas, em que o nosso protagonista vivia, enfim como partidário e discípulo da escola moderna, certamente não será por simpatia para com a sociedade enferrujada da corte de D. João VI que eu volto a ocupar-me de Alexandre Rodrigues Ferreira. É o espírito de corporação, que me impele a este trabalho, a profunda compaixão a um colega, cujos merecimentos não foram devidamente apreciados nem pelos contemporâneos, nem pela posteridade.

Já passa de um século que o assíduo explorador e viajante voltou das suas penosas peregrinações nas regiões equatoriais da América, para Lisboa, onde o esperava a magra recompensa de um “hábito de Cristo”, acompanhada de uma carta de graças da rainha D. Maria I e um futuro desastroso e cheio de decepções, em consequência da constelação política em que se via a braços a sua pátria dilacerada e ensanguentada pelas invasões sucessivas dos exércitos franceses, espanhóis e ingleses. A ocasião, portanto, é própria e sinto que é um meu dever de epígono contribuir com alguma coisa para salvar a memória deste meu antecessor na exploração da Amazônia, mediante um esboço biográfico, do qual ai vão os primeiros contornos preliminares, quais me é possível lançá-los hoje com o deficiente material literário que atualmente tenho à disposição.

Sinto que é preciso fazê-lo agora, pois não há exageração em supor que poderia passar o segundo século antes que alguém se lembrasse de semelhante tarefa e vejo que é tempo de agir, para que da matéria não se apodere de todo o “Leten do esquecimento”.

CAPÍTULO I

Algumas notícias sobre a vida de Alexandre R. Ferreira

Nasceu na cidade da Bahia, capitania do Brasil do mesmo nome, aos 27 de abril de 1756. “Desde os mais tenros anos – diz o Sr. Manoel José Maria da Costa, no seu *Elogio* – deu o nosso compatriota claros e palpáveis indícios de não vulgar talento. Seu pai, Manoel Rodrigues Ferreira, o destinava à vida eclesiástica, e em 20 de setembro de 1768 tomou ordens menores. Desejoso, porém, de receber toda a instrução conveniente para o melhor desempenho das importantes funções do sacerdócio, deixou a parte do mundo em que nasceu, dirigindo-se a Lisboa, onde aportou no mês de julho de 1770 e daí a Coimbra, onde se matriculou no primeiro ano do Curso Jurídico em dias de outubro.

Os estudos do ilustre baiano foram interrompidos pela reforma da Universidade, que teve lugar no ano seguinte; e como que arrebatado por uma espécie de necessidade de espírito, que diariamente se desenvolvia com mais força, e o impelia para o estudo da natureza, largando a vereda, cujo trilho encetara, seguiu a Faculdade de Filosofia com tão próspero sucesso, que dois anos antes de concluir o curso já exercia (gratuitamente) o cargo de Demonstrador da História Natural na Universidade, e no último ano foi coroado com o laurel do prêmio acadêmico. Uma cadeira na Faculdade de Filosofia lhe estava destinada, mas ao descanso próprio do magistério foi preferido outra comissão preta de trabalhos, erizada de dificuldades, mas em que o sábio naturalista podia prestar serviços mais relevantes ao Estado, à Ciência e ao seu país natal.

O Ministro e Secretário de Estado, ¹Matinho de Melo e Castro, persuadido da necessidade que tinha o Governo de conhecer as riquezas naturais ainda em grande parte escondidas no solo do Brasil, ordenou ao Dr. Domingos Vandelli que lhe propusesse um indivíduo, que aos precisos conhecimentos juntasse as outras qualidades necessárias para empreender uma viagem filosófica e colher dela tais resultados, que preenchessem cabalmente as intenções do Governo.

O Dr. Vandelli, primeiro Catedrático da Faculdade de Filosofia, não hesitou; a Congregação igualmente não hesitou; e o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira foi proposto. Aceitou ele a comissão e partiu para Lisboa aos 15 de julho de 1778. Circunstâncias ignoradas fizeram com que o Dr. Ferreira se demorasse em Portugal 5 anos antes de partir para o Brasil e exercer a sua honrosa comissão. Mas estes 5 anos foram utilmente aproveitados, ora no exame da mina de carvão de pedra de Buarcos, exame feito com o naturalista João da Silva Feijó, ora na redação e descrição dos produtos naturais do

Real Museu da Ajuda, já nas experiências químicas e físicas, designadas pelo Ministro Martinho de Melo e Castro, já na publicação de escritos importantes à Ciência e na composição de outros, que hoje se lamentam perdidos¹. Em face de tais testemunhos de capacidade e interesse no progresso dos conhecimentos humanos, a Academia das Ciências de Lisboa nomeou o Dr. Ferreira seu correspondente aos 22 de maio de 1780, honra a que ele retribuiu lendo na Academia diversas memórias de sua mão”.

Só em 1783 pôde o Dr. Alexandre R. Ferreira entrar em viagem². Partiu de Lisboa às 6,30 horas da manhã do dia 1º de setembro na *charrua Águia e Coração de Jesus*. Tinha como companheiros de viagem dois personagens ilustres e importantes, com os quais conservou relações de amizade por toda a vida e que lhe foram evidentemente muito úteis no desempenho da comissão pela influência de que dispunham, uma nos círculos oficiais e civis, outra nos círculos eclesiásticos. Foram o Governador e Capitão-General do Estado, Martinho de Souza e Albuquerque e D. F. Caetano Brandão, Bispo do mesmo Estado e depois Arcebispo de Braga. Como auxiliares foram ligados a Alexandre R. Ferreira os dois desenhadores José Joaquim Freire e Joaquim José Codina e o jardineiro-botânico Agostinho Joaquim do Cabo, sendo este último encarregado também das funções de preparador. A embarcação deu fundo no Pará às 6,30 horas da tarde do dia 21 de outubro de 1783.

Deu começo aos seus trabalhos de investigação pela Ilha de Marajó, então ainda mais conhecida pelo de Joannes. Sabemos que com estudos sobre Marajó, sobre Santa Maria de Belém e as vizinhanças da capital do Grão-Pará, ocupou-se quase o primeiro ano inteiro. Visitou as vilas de Cameté, Baião, Pedreiras e Alcobaça e acompanhou o Governador e Capitão-General do Estado numa excursão para algumas das povoações do sertão (Roteiro de João Vasco Manoel de Braun.) Estendeu então as suas explorações às partes superiores do Rio Amazonas, partindo no dia 20 de setembro de 1784. Na noite antecedente (19 de setembro) despediu-se do Governo Martinho de Souza e Albuquerque, pronunciando nesta ocasião um discurso, que eu vejo figurar no inventário literário como documento entregue a Brotero em 1815 e que talvez ainda hoje exista em Portugal¹.

Levou consigo uma portaria, que devia lhe facilitar muitíssimo a expedição pela insistência e a energia dos termos com os quais o Governador da Capitania do Pará transmite e recomenda o emissário do Ministério Português às autoridades do Amazonas superior, que formava então a Capitania do Rio Negro, com sede em Barcelos. Eis o teor:

¹ Voltando temporariamente para Coimbra, tomou o grau de Doutor em 10 de janeiro de 1779 “que na conformidade da Mercê de S. M. lhe foi dado *gratis*.”

² No mesmo ano o Governo Português mandou uma outra expedição para a África, com idênticos fins. Esta devia, debaixo da direção do naturalista Manoel Galvão da Silva, explorar Moçambique. Silva tinha como desenhador certo Antônio Gomes e como preparador certo José da Costa. Como fruto desta expedição apareceu a “Memória ou Relação das viagens filosóficas que por ordem de S. M. fez nas terras da jurisdição da vila de Tete e algumas das Maravés no ano de 1788”.

À Angola foi mandado o italiano Ângelo Donati e às ilhas do Cabo Verde e partes vizinhas do continente africano o naturalista acima mencionado, João da Silva Feijó.

(Conf. *História de Portugal nos séculos XVIII e XIX, Lisboa, vol. I, pág. 126.*)

³ Notícias dos escritos do Dr. A. R. Ferreira. R. de S. da S. Pontes – “Revista Trimensal do Instituto Histórico”, do Rio de Janeiro – Tomo II (1840), pág. 507.

“O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira parte desta cidade com as pessoas que leva a seu cargo, empregadas nas diligências da História Filosófica e Natural, para cujo fim se transportaram a este Estado, de ordem de Sua Magestade; os diretores e comandantes de todas as fortalezas e povoações, por onde transitar, ou aonde mandar, lhe prestaram todo o auxílio e ajuda, que pelo sobredito lhe for requerido, aprontando-lhe todo o mantimento que precisar e índios necessários para as equipações das canoas do seu transporte; praticando o mesmo todos os oficiais auxiliares, juízes ordinários, câmaras, auxiliando-o com a gente que requerer, e com as notícias e informações que pedir, deixando penetrar todos os rios, serras, matos, e abrir minas, aonde o julgar preciso, em ordem ao bom fim das diligências, de que vai encarregado por ordem de Sua Magestade, ficando-me seriamente responsáveis os que faltarem em todo, ou em parte à execução desta minha ordem, e contra eles procederei ao merecido castigo. E para que haja de constar a todo o tempo, mando que esta seja registrada nos livros dos registros das câmaras, comandantes e diretorias, por onde passar e necessário lhe for usar desta minha ordem. — Pará, 15 de setembro de 1784 — (Com a rúbrica de S. Excelência)”.

Conhecemos igualmente o ofício contendo as instruções especiais que o Dr. A. R. Ferreira recebeu em referência a esta expedição. Acha-se impresso, no mesmo lugar onde apareceu também a portaria acima mencionada¹, mas deixamos de reproduzi-lo aqui ainda uma vez.

Não pude descobrir aqui, no Pará, o Diário de viagem ou outros documentos que orientam sobre o trajeto do Pará até Barcelos e o espaço de tempo em que este se deve ter efetuado, isto é, do dia 20 de setembro de 1784 até 2 de março de 1785 — data em que entrou na capital da Capitania do Rio Negro. No inventário literário vem, porém, citado o discurso que ele pronunciou na tarde daquele dia perante o Sr. João Pereira Caldas, “quando entrou a visitá-lo na Vila de Barcelos”. O mesmo alto funcionário tornou-se evidentemente um amigo sincero e protetor poderoso do naturalista e da sua comissão, pois os numerosos ofícios e cartas semi-oficiais e particulares que A. R. Ferreira lhe dirigiu e que eu pude consultar, respiram, sem exceção, máxima consideração e respeito e profunda gratidão. Do outro lado a correspondência emanada do Sr. João Pereira Caldas¹ — que estava a braços com dolorosa moléstia — tinha não só muita benevolência e amizade para com o indefeso e zeloso filósofo, como verdadeiro interesse e não vulgar inteligência. Pertence ao melhor que eu tenho lido no terreno da administração portuguesa; agrada pelo estilo conciso e substancial e deixa perceber que Ferreira devia se dar por muito feliz de ter um superior dotado de tão excelentes qualidades.

As instruções para a primeira expedição naquela Capitania são datadas “Barcelos, 13 de agosto de 1785”. Entrando em viagem no dia 20 de agosto de 1785, consumiu A. R. Ferreira 4 e 1/2 meses com a visita à parte superior do Rio Negro e seus afluentes, achando-se de volta a Barcelos, ao que parece, nas vésperas do Ano Bom de 1786.

Tratou então de elaborar e coordenar os materiais coligidos, redigir memórias, memorandos e relatórios, de encaixotar produtos animais e vegetais e pouco a pouco ve-

1 “Revista Trimensal do Instituto Histórico”, do Rio de Janeiro — Tomo 48 (1885), págs. 1-3.

1 “Do Conselho de S. M. F., seu Governador e Capitão-General nomeado para as Capitânicas de Mato Grosso e Cuiabá, e nos Distritos dos Governos delas. Encarregado da execução do tratado preliminar de limites e demarcação dos Reais domínios, etc., etc.”

mos ele preparando-se para uma segunda viagem, tendo por objeto especial a exploração do curso inferior do Rio Negro, do Rio Branco e afluentes. As novas instruções são datadas “Barcelos, 15 de abril de 1786” e do mesmo dia é datado um Aviso do Governador ao Comandante da Fortaleza de Barra do Rio Negro, recomendando auxiliar de todos os modos as pesquisas do comissionado¹. Partiu de Barcelos no dia 23 de abril de 1786. Em 1º de maio do mesmo ano o vemos ainda na dita fortaleza e de lá em diante perdemos o fio do itinerário, visto que os documentos impressos à nossa disposição não adiantam mais com a desejada precisão sobre as viagens ulteriores — e quanto aos manuscritos da própria mão do autor, creio que ninguém se deu até hoje ao trabalho de reconstruir deles o Diário dia por dia e mês por mês. O seu panegirista de 1818 contenta-se em dizer: “Longo seria acompanhar passo a passo o nosso Filósofo em toda a sua viagem. O sertão do Pará e Rio Negro, o Rio Branco, o Madeira, o Guaporé, a Serra do Cuanuru, Mato Grosso, Cuiabá, nada se evadiu às indagações do Dr. Ferreira: nem aquele espírito infatigável se contentava com estudar os produtos da natureza: também lançou mão da pena para defender os direitos da Coroa Portuguesa e território invadido pelos espanhóis, para descrever as enfermidades próprias de Mato Grosso e para historiar a nascente civilização dos Muras. Nove anos gastou de sua existência em tantos e tão importantes trabalhos”.

Não dispondo do Diário de viagens realizadas, de 1786 em diante, no Rio Madeira (1788—1789), no Solimões, na Capitania de Mato Grosso e não encontrando nas listas dos manuscritos deixados mais nenhum título acompanhado da data exata, senão o da “Viagem à Gruta das Onças (1790)”¹, tenho que abstrair forçosamente de informações suficientemente completas para orientar detalhadamente sobre o período até o regresso ao Pará.

O que sabemos, entretanto, por fragmentos esparsos e notícias colhidas aqui e acolá, é que deixando a Vila de Barcelos em 27 de agosto de 1788, deu começo àquela grande e extensa viagem, descendo o Rio Negro, entrando no Amazonas e subindo o Rio Madeira a entrar no Mamoré, donde navegando ao Guaporé ou Ytenes, chegou, enfim, à Capitania de Mato Grosso, trazendo mais de treze meses de viagem.

Apesar de atacado de sezões, informou às autoridades de Mato Grosso, com a sua costumada pontualidade acerca da exploração realizada, sobre minas de ouro e vários assuntos. Dirigiu-se então à Vila do Cuiabá aos 27 de junho de 1790. Restabelecido de grave doença, desceu pelo rio Cuiabá ao de S. Lourenço e Paraguai, visitou o Presídio de Nova Coimbra e os índios Gaucurus e voltou, depois de perto de um ano, para Mato Grosso e para o Pará.

Este regresso deve ter sido em princípios de 1792. O panegirista reata aqui o fio com as seguintes palavras: “De volta ao Pará não estive ocioso os nove meses que aí se demorou. Foi nomeado pelo Governador para servir de Vogal nas Juntas de Fazenda e de Justiça e foi neste tempo que o Dr. Ferreira se ligou por consórcio a D. Germana

1 “Revista Trimestral do Instituto” do Rio de Janeiro — Tomo 49 (1886), pág. 123 e seguintes.

2 “Perto do Arraial das Lavrinhas, por baixo da grande Serra dos Parecis”.
Parecia que A. R. Ferreira, ainda enfraquecido pelas febres, sofreu muito nesta viagem e estava em sério perigo de vida.

Pereira de Queiroz, filha do Capitão Luiz Pereira da Cunha, seu correspondente que fora para a remessa dos produtos que mandara à corte (Lisboa). A história deste casamento é muito extraordinária para que deixemos de transcrevê-la neste lugar. Chegando o Sr. Dr. Alexandre ao Pará, de volta de sua viagem, ponderou-lhe o Capitão Luiz Pereira da Cunha, que assim era que tinha remetido todos os produtos, que lhe enviara para mandar à corte; mas que por isso se achava no desembolso de tão considerável despesa¹, com a qual poderia dotar uma filha; ao que o Sr. Dr. Alexandre respondeu: — Isso não servirá de embarço a seu casamento; eu serei quem receba essa sua filha por mulher; e assim o fez, celebrando o seu matrimônio aos 26 de setembro de 1792. Deste consórcio nasceram duas filhas e um filho de nome Germano Alexandre de Queiroz Ferreira, oficial supranumerário da mesma Secretaria, em que servia seu pai.”.

Por circunstâncias e razões que se furtam à nossa pesquisa, procurou o Dr. Alexandre R. Ferreira mudar-se da Amazônia depois de pouco tempo. Lembro-me de ter lido um requerimento, em que ele pede ser nomeado para um lugar na alfândega de Pernambuco, declarando ter esgotado o pequeno patrimônio e que o 600\$000 de que se constituía o seu vencimento (400\$000 anuais e r\$ 20 diários a título de comedorias) durante os nove anos da “Expedição Filosófica” no Amazonas, não tinham chegado para realizar qualquer economia. Aponta para o seu zelo indefeso e lembra as inúmeras dificuldades e perigos, aos quais ele se tinha exposto no serviço do Governo¹. É comovente a linguagem neste curioso documento e não há quem o leia, sem sentir logo quanto devia ser duro para este exemplar servidor do Estado recorrer a semelhante passo. Parece que lá em Lisboa reconsideraram a injustiça, pelo menos encontramos naquela corte o Dr. A. R. Ferreira, em janeiro de 1793, nomeado oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. E meses depois a rainha D. Maria I até dignou-se honrar o zeloso explorador com o seguinte documento¹:

“A Rainha Nossa Senhora, atendendo aos serviços do doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, obrados nas comissões extraordinárias de que foi encarregado de examinar e descrever os produtos naturais do Real Museu da Ajuda, e fazer as experiências químicas² que lhe foram ordenadas, em que se ocupou por espaço de cinco anos sem perceber por isso ordenado algum; e passando ao Estado do Pará com a laboriosa comissão de ser ali o primeiro vassalo português, que exercitasse a empresa de naturalista, se empregou por espaço de nove anos em contínuas e perigosas viagens pelas dilatadas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, aonde, além de ser encarregado de observar, acondicionar e remeter os produtos naturais dos três reinos, animal vege-

1 É notório que o dito capitão nunca foi identificado.

2 Poder-se-ia pensar que a volta para Lisboa era muito natural, uma vez que a comissão estava findada e que ele não só queria acompanhar as suas coleções como também apresentar-se em pessoa ao seu governo. Mas então logo não se compreende por que A. R. Ferreira pediu tal emprego na alfândega de Pernambuco. Há aqui nisto um daqueles pontos de interrogação que não cheguei a eliminar.

3 Na “História de Portugal”, publicada por uma sociedade de homens de letras (vol I, pág. 126), acho a seguinte observação a este respeito: Mostra que a rainha apreciava os serviços científicos, mas também que os apreciava modicamente, como foi sempre uso em Portugal.

4 Sic! — Dr. E. A. G.)

tal e mineral, foi igualmente incumbido de todo o gênero de observações filosóficas e políticas sobre as diferentes repartições e dependências da população, agricultura e na vegação, comércio, manufaturas de que deu toda a satisfação que devia esperar-se da sua honra e aplicações, há por bem fazer-lhe mercê em remuneração do Hábito de Cristo, com sessenta mil réis de tenças de que se lhe passem os competentes Padrões, que se assentarão nos almoxarifados do reino em que couberem, sem prejuízo de terceiro, e não houver proibição com o vencimento, na forma das reais ordens. E lograra doze mil réis da referida tença a título do hábito da sobredita ordem que lhe tem mandado lançar. Palácio de Queluz, em 8 de julho de 1794. — *José de Seabra da Silva*”.

Ainda mais. No mesmo ano, o novo dignitário foi dispensado do emprego de oficial da Secretaria e encarregado da administração interina do Real Gabinete de História Natural, Jardim Botânico e seus anexos ¹ E seus panegiristas patrícios estão achando que assim o Dr. Alexandre R. Ferreira não podia desejar mais coisa alguma, visto que estava coberto de graças pela gloriosa Rainha!

Ouçamos o que eles dizem e sabem sobre o período posterior à mencionada nomeação: “O tempo que lhe restava de suas ocupações era empregado em aperfeiçoar e apurar os preciosos materiais que havia colhido; mas eles eram tantos, que a sua multiplicidade, combinando-se com a precisão de pôr-se corrente nos progressos, que as ciências haviam feito durante nove anos passados nas solidões da América, e com a falta de meios para dar à luz uma tal obra, fez com que antes de concluir a organização de seus trabalhos filosóficos fosse o Fr. Ferreira acometido de fatal melancolia, que o roubou à sua família, ao Estado e às ciências no dia 23 de abril de 1815.

“Quais as causas dessa enfermidade totalmente ignoramos, pois que o Sr. Costa e Sá apenas as indicou envolvidas no manto de generalidades, relatando que consistiam elas em desgostos provenientes de ilusões desvanecidas acerca das coisas e dos homens da corte. Acreditamos que a prudência exigia que não se desse a este negócio todo o desenvolvimento de que ele era suscetível; mas se as razões que obrigaram o panegirista a ser menos explícito, não existem hoje, nós tomaríamos a liberdade de lembrar-lhe que a mais pequena circunstância da vida do homem, que se consagrara ao serviço das ciências e do Estado, é sempre de grande preço para que não seja recebida com avidez pela posteridade.

“Fossem, porém, quaisquer que fossem as causas do mal, o certo é que ele resistiu a tudo; e se provinha das causas indicadas pelo Sr. Costa e Sá, muito bem repara o nosso ilustre consórcio em que não fosse destruída pelas repetidas graças, que a Rainha D. Maria I fizera ao Dr. Ferreira, já condecorando-o com o hábito da Ordem de Cristo, já nomeando-o Administrador de suas Reais Quintas, dando-lhe o lugar de Deputado da Junta do Comércio. Se esta misantropia ¹ o punha como em desterro do gênero humano, a integridade do seu caráter trouxe-o constantemente enquanto vivo ao desempenho de seus deveres, como homem e como empregado público, pois ainda quando o

¹ O administrador anterior, Julio Martiazi, tinha falecido em setembro de 1794. Os mencionados anexos consistiam em “Gabinete de Biblioteca, Gabinete de Desenho, Casa do Laboratório, Armazéns de Reservas”. Por decreto de 2 de setembro de 1795 foi A. R. Ferreira nomeado Vice-diretor do mesmo estabelecimento.

seu estado físico, cedendo à impressão da melancolia que o devorava, lhe não permitia mais sair de casa, então mesmo não deixou nunca de dar às suas obrigações o cumprimento que este estado lhe permitia; constantemente examinou e enviou as folhas pertencentes às Repartições, que dirigia e governava, e um momento antes de falecer assinou a conta do ano de 1814; acabando esta assinatura, ele já não existia, e assim deu ao serviço do Estado o último instante em que a vida o animou”.

CAPÍTULO II

Os trabalhos de Alexandre R. Ferreira, especialmente aqueles que têm relação à zoologia, botânica e etnografia amazônicas.

Alexandre R. Ferreira deixou numerosíssimos manuscritos, que tiveram uma sorte tão singular que quase se poderia chamar de trágica.

Por ordem do Visconde de Santarém, foram pela viúva todos eles entregues em 5 de julho de 1815 a Félix de Avelar Brotero para serem conservados no Real Museu de Ajuda.

Foi lavrado o respectivo recibo e bem assim um inventário com o título de “Catálogo Geral dos papéis, etc.” Vem impresso esse inventário em forma de extrato e com o título de “Notícia de escritos, etc.” nas Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa daquele tempo. ¹

Por diversas vezes a dita Academia mexeu com esta grande herança literária, ora nomeando quem fizesse o elogio do ilustre morto, ora mandando classificar e coordenar os manuscritos em diversos grupos, ora removendo-os de um lado para outro. O sócio Manoel José Maria da Costa e Sá que, aliás para sermos justos, parece ter-se seriamente interessado nestes trabalhos, distinguiu em 1818 três categorias de escritos:

I) Obras pertencentes à viagem filosófica do Grão-Para, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (Vêm enumerados com os seus títulos 57 trabalhos, dos quais alguns em duplicatas e triplicatas, ora completas, ora principiadas e truncadas).

II) Obras sobre diversos assuntos não pertencentes à viagem. (Vêm enumerados 17 trabalhos, entre os quais algumas folhas e pequenas memórias de data posterior à volta para Lisboa) ¹.

III) Obras, que não trazem a assinatura da A. R. Ferreira, que porém pela sua natureza e outros argumentos se devem reputar a ele. (Vêm enumerados 29 trabalhos maiores e melhores, diários, roteiros, relações, etc.)

¹ Este inventário foi reimpresso na “Revista Trimestral do Instituto Histórico”, do Rio de Janeiro, 1840, Vol. II, pág. 503-510.

2 Não quero deixar de citar os títulos de alguns manuscritos sobre assuntos zoológicos.

3) Descrição do Raconéte (1795) (4 pág. fol.).

2) Descrição do macaco Símia Mormon (1801) (6 pág. 4^o).

4) Memória sobre o Alicarne do Mar. (Data?) (10 pág. 4^o).

Forma, portanto, um total de 103 manuscritos existentes no tempo do inventário.

Em uma comunicação dirigida à Academia e datada do dia 22 de agosto de 1838, informa o mesmo Sr. M. J. M. da Costa e Sá que fez transferir do *Arquivo do Museu da Ajuda* para um dos gabinetes da Academia os papéis e livros ali designados como pertencentes à viagem do Dr. A. R. Ferreira, constantes de 22 maços e 6 volumes de desenhos e plantas e mais um maço contendo só desenhos e plantas.

Daqueles 22 maços, os reduzi a 8, a saber:

- 1ª Parte descritiva do Pará
- 2ª " do Rio Negro, com seus respectivos apensos.
- 3ª " do Rio Branco.
- 4ª " Rio Madeira.
- 5ª " do Mato Grosso.
- 6ª Memórias diversas sobre gentios.
- 7ª Diversas memórias de zoologia.
- 8ª Memórias ou apontamentos sobre objetos botânicos.

Os volumes de desenhos acima notados pertencem indistintamente a estas divisões. "Sabemos que em 1838 já não apareceram mais 4 memórias sobre botânica:

- 1ª Relação das amostras de algumas qualidades de madeira das margens do Rio Negro.
- 2ª Diário sobre as observações feitas nas plantas que se recolheram na Capitania do Rio Negro.
- 3ª Diário sobre as observações feitas nas plantas que se recolheram no Rio Branco.
- 4ª Dito sobre as plantas recolhidas no Rio da Madeira.

Desta forma reduz-se o total dos manuscritos, ainda existentes 23 anos depois da morte de A. R. Ferreira, à 99.

É digno de nota o seguinte trecho da mencionada comunicação: "Os Governos da vossa Augusta Fundadora e do Sr. D. João VI, de saudosa memória, bem se convenceram da utilidade e crédito, que para a Nação portuguesa resultava da publicação desta viagem; não obstante quando razões políticas pareciam recomendar toda a reserva na publicação de Memórias concernentes a vários pontos do Brasil, razões que, tanto para nós como para o Brasil, totalmente hoje desapareceram.

"Um gravador, vários desenhistas com discípulos se têm mantido por espaço de 50 anos com destino aos trabalhos desta viagem, e que teriam adiantado ou concluído as gravuras que lhe pertenciam, se não fossem as interrupções, que por vezes tiveram do principal fim da sua incumbência. Assim mesmo muitas chapas se acham já abertas, e as que faltam podem hoje ser supridas mais economicamente por meio da litografia: outras diligências e despesas ainda se fizeram para que semelhante obras saísse à luz; mas que os conhecidos transtornos, por que tem passado a nossa ordem política, fizeram que fossem baldadas".

Cito este trecho, porque justifica um pouco Portugal; embora, fracamente, ficamos sabendo que pelo menos houve lá, uma vez, uma tentativa de publicação das obras do Dr. A. R. Ferreira. O encarregado da gravura das estampas foi certo Manoel Marques

de Aguilar, do qual uma indicação antiga reza, que a pedido de Ferreira, por decreto, foi nomeado para gravar a parte ilustrativa da viagem filosófica. “Acabava de recolher-se da Inglaterra, diz um contemporâneo, onde fora aperfeiçoar-se na arte de gravura e com o primor que caracteriza as obras deste artista.” Mas a impressão não foi para adiante, e por uma conjunção bastante curiosa, boa parte dos manuscritos de A. R. Ferreira voltou para o Brasil. Informa o Sr. Alfredo do Vale Cabral, empregado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em interessante pequeno trabalho publicado em 1876, ¹ do seguinte modo: “Grato nos é dizer que as numerosas obras que o Dr. Ferreira escreveu e coligiu, concernentes à sua importante viagem científica, se acham em sua quase totalidade nesta corte (Rio de Janeiro). Elas vieram há bem poucos anos para o Brasil e, segundo se diz, por ordem do governo português e sob a condição do governo brasileiro dar a devida publicidade aos trabalhos do sábio naturalista, mas, infelizmente, dispersaram-se de tal forma entre nós, que pelo menos em 6 partes se encontram elas distribuídas. A história da vinda destes manuscritos e de sua completa debandada é bem curiosa, mas aqui não cabe narrá-la; acresce que, contá-la equivaleria a ofender sem, dúvida alguma, dezenas de susceptibilidades, e tal não é o nosso intuito. Felizmente, porém, não foram parar em plagas estrangeiras os trabalhos de um brasileiro, que no decurso de perto de dez anos empregou todo seu precioso tempo e seus variados conhecimentos em prol de sua terra natal.”

Eu mesmo vi, no Rio de Janeiro, diversos dos códices de A. R. Ferreira e lembro-me perfeitamente bem que alguns deles, que com mais vagar pude estudar, traziam no frontespício, debaixo dos títulos, os seguintes dizeres: “Copiados no Real Jardim Botânico.” e “Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, Ministro do Brasil em Lisboa”. Data não vi, mas algumas estampas trazem os nomes dos copiadore *Manoel Tavares, Piolti, Vicente, José da Serra*, etc.

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro nutriu em 1876 o louvável plano de verificar o que havia das obras de A. R. Ferreira na Capital Brasileira, encetando um trabalho sobre este assunto — trabalho que devia conter os seguintes sete capítulos:

- I) *Códices da Biblioteca Nacional.*
- II) ” *de outros estabelecimentos.*
- III) ” ” *coleções particulares.*
- IV) ” ” *que temos notícia, mas ainda não podemos ver.*
- V) ” ” *vários autores, coligidos pelo Dr. Ferreira em sua expedição filosófica.*
- VI) *Notas finais.*
- VII) *Vida e feitos do Dr. A. R. Ferreira.*

De fato apareceram os três principais capítulos acima indicados; são contidos nos *Anais* Vol. I, fasc. 1, 2 (1876); Vol. II, fasc. 1 (1877); Vol. III, fasc. 1, 2 (1877), porém dos quatro capítulos restantes não pude descobrir nada e parece-me que a planejada publicação foi interrompida, talvez por morte ou doença do autor, enfim por fatores por mim ignorados. É para lastimar-se semelhante circunstância; deixa a gente perplexa sobre tanta má sorte que parece perseguir tudo que diz respeito às obras de Ferreira. Aproveitando todavia os materiais que nos fornecem os referidos três capítulos,

¹ *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. I, pág. 107 seg.*

vemos que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possuía naquele ano 51 códices e mais 11 ofícios e relações, o Instituto Histórico 2, o Arquivo Militar 1, o Museu Nacional 2, e como figurando em coleções particulares (Carvalho) encontramos indicados 19 códices, o que perfaz um total de 75 códices e 11 ofícios e relações.

De toda esta multidão de trabalhos maiores e menores, até hoje muito pouco tem alcançado a publicação, para a qual o Brasil se tinha obrigado, conforme o autor que acima citamos. Um passo neste sentido foi dado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, que publicou na sua *Revista trimensal* o “Diário da viagem filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro com a informação do estado presente dos estabelecimentos portugueses desde a Vila Capital de Barcelos até a Fortaleza da Barra do dito rio.” — Estende-se este “diário” sobre quatro volumes consecutivos da dita Revista, correspondentes aos anos 1885 até 1888 (Tomo XLVIII até LI) e não duvido em declarar que o Instituto Histórico prestou um valioso serviço editando finalmente uma peça tão importante e extensa. Voltarei a tratar dela mais detalhadamente. Pelo mesmo Instituto e na mesma Revista, foi outrossim dado à publicidade, o trabalho muito menor relativo à “Viagem à Gruta das Onças” em Mato Grosso. (1842, Tomo IV). Consta-me, finalmente, que também foram publicados, sem eu poder precisamente dizer onde, os seus manuscritos com os títulos: “Propriedade e posse das Terras do Cabo do Norte pela coroa de Portugal em 1792” (47 pág. Fol.) e “Propriedade e posse portuguesa das Terras cedidas aos franceses 1802” (9 pág. Fol.).¹ Não tenho conhecimento de qualquer outra coisa publicada em Portugal ou no Brasil, pertencente ao espólio literário de A. R. Ferreira e mesmo quanto àquelas chapas gravadas não achei mais indicação alguma posterior a 1838, e me é totalmente desconhecido o destino que elas tiveram. Quem saberá delas? Que fale quem possuir indicações; como eu disse no princípio, já é tempo.

Passo a aproximar-me do centro de gravitação do capítulo presente, conforme o título que lhe apliquei. Principiarei dando uma lista dos trabalhos que mais direta relação possuem com o estudo da natureza amazônica e que julgo útil recomendar à atenção dos círculos, que aqui na Amazônia ou fora ligam interesse em orientar-se em semelhantes assuntos pátrios.

¹ Parece-me que foi no Vol III da “Revista Trimensal do Instituto Histórico.” Evidentemente são documentos de certo interesse por versarem sobre o assunto ainda hoje não liquidado do território contestado entre a França e o Brasil e quer me parecer que talvez merecessem vulgarização sobretudo aqui no Pará, o Estado mais interessado nesta questão.

OBRAS SOBRE ZOOLOGIA E BOTÂNICA DO BRASIL
DE A. R. FERREIRA

A) Códices existentes no Brasil:

- 1) – Memória sobre o peixe-boi e do uso que lhes dão no Estado do Grão-Pará. (Data?)
Barcelos 2/11 1776. *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro (39 págs. fol.)
- 2 – Memória sobre as tartarugas que foram preparadas e remetidas nos caixões n.ºs 1 ate 7 da primeira remessa. Barcelos, 3/11/1786. *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro.
- 3) – Memória sobre o peixe Pirarurucú, de que já se remeteram dois da Vila de Santarém para o R. Gabinete de História Natual e agora se remetem mais cinco desta Vila de Barcelos, os quais vão incluídos nos cinco caixões que constituem parte da 6ª remessa do Rio Negro. Barcelos, 30/III/1790. *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro. (9 págs. fol.)
- 4) – Observações gerais e particulares sobre a classe dos Mamais observados nos Territórios dos três Rios, Amazonas, Negro e Madeira: Com as descrições que, de quase todos eles deram os antigos e modernos Naturalistas e, principalmente com a dos Tapuios (378 págs. fol.) Vila Dela, 29/II/1790. *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro. (Há outra cópia com 466 págs. fol.)
- 5 – Relação dos animais quadrúpedes, silvestres, que habitam nas matas de todo o continente do Grão-Pará, divididos em três partes: Primeira dos que se apresentam nas mesas por melhores; Segunda dos que comem os Índios em geral e alguns Brancos quando andam em Diligência pelo Sertão; Terceira dos que não se comem. (Data ?) *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro.
- 6 – Memórias sobre as tartarugas. (“São 15 as variedades de T. que há no Estado do Grão-Pará”). (Data ?) *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro. (Diferente da memória sob n.º 2).
- 7 – Memória sobre os jacarés do Grão-Pará pelo Dr. Alexandre R Ferreira. (“Há 13 variedades de Jacarés, o 1º chamado: Jacaré-açu ou grande.”) (Data ?) *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro.
- 8 – Memórias sobre as palmeiras. (21 espécies) (Data ?) *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro.
- 9 – Memórias sobre as palmeiras do Estado do Grão-Pará, cujas folhas servem para se cobrirem as casas e para outros usos. (30 espécies) (Data ?) *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro.
- 10 – Memórias sobre as madeiras mais usuais de que costumam fazer canoas os índios como os Mazombos, do Estado do Grão-Pará. (Data ?) *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro
- 11 – Madeiras que servem para casas e para obras de marcenaria. (Data ?) *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro.

12 – Memórias sobre as cascas de paus que aplicam para curtirem os couros. (Data ?) *Original na Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro.

13 – Plantas da Expedição do Pará. Copiadas no Real Jardim Botânico; 3º Vol; Vol I: 233 estampas; Vol. II: 227 estampas; Vol. III: 208 estampas. (Data ?) *Museu Nacional*.

14 – Desenhos de gentios, animais quadrúpedes, aves, anfíbios, peixes e insetos, etc. da Expedição Filosófica do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Copiados no R. Jardim Botânico. 2 Vol; Vol I: 161 estampas¹; Vol. II: 83 estampas. (Data ?) *Museu Nacional*.

15 – Relação dos peixes dos sertões do Pará. (Traz também a dos peixes da costa do Pará) (83 espécies). (Data ?) *Coleção Dr. J. A. Alves de Carvalho*. (Um exemplar mais completo em mãos de um amator.) *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol III, Fasc. 2 (1877) pág. 354.

OBRAS SOBRE ETNOGRAFIA AMAZÔNICA POR ALEXANDRE R. FERREIRA

1 – Memória sobre as cuias que fazem as Índias de Monte Alegre e de Santarem para ser apenso às amostras que remeti no caixão nº 1 da primeira remessa. Barcelos, 4/II/1786. *Biblioteca Nacional* (7 págs. fol.). 1 Gentios 13; Animais Quadrúpedes 43; Aves 41; Anfíbios 4; Peixes 56; Insetos 4.

2 – Memórias sobre a louça que fazem as Índias do Estado para ser apenso às amostras nos caixões nºs I, V e VIII da primeira remessa. Barcelos, 5/II/1786. *Biblioteca Nacional* (2 págs. fol.).

3 – Memórias às salvas de palhinha pintadas pelas índias de Santarém, as que foram remetidas no caixão nº III da primeira remessa do Rio Negro. Barcelos, 5/II/1786. *Biblioteca Nacional* (2 págs. fol.).

4 – Memória sobre o isqueiro ou caixa de guardar a isca para o fogo a qual foi remetida no caixão nº 7 da primeira remessa do Rio Negro. (Tatá-potaba). Barcelos, 9/II/1786. *Biblioteca Nacional*.

5 – Memória sobre os instrumentos de que usa o gentio para tomar o tabaco – Paricá – os quais foram remetidos no caixão VII. Barcelos, 13/II/1786. *Biblioteca Nacional* (3 págs. fol.).

6 – Memória sobre os gentios Yurupixanas, os quais se distinguem dos outros em serem mascarados (Rio dos Paréos). Barcelos, 20/II/1787. *Biblioteca Nacional* (3 págs. fol.).

7 – Memória sobre a figura que têm os gentios manhas, habitadores do Rio Cumiari e seus afluentes. Barcelos, 10/II/1787. *Biblioteca Nacional*.

8 – Memória sobre os índios espanhóis (descridos da província de Santa Cruz de la Sierra) apresentados ao Ilmo. Sr. João Pereira Caldas na Vila de Barcelos. 20/II/1787. *Biblioteca Nacional* (6 págs. fol.).

9 – Explicação de ambos os desenhos da planta de cada uma das malocas dos gentios curutús, situados no Rio Apaporis. Barcelos, 20/II/1787. *Biblioteca Nacional*.

10 – Memória sobre os gentios caripunhas, que habitam na margem ocidental do Rio Itapu, o qual deságua na margem oriental do Rio Uatumáa. Barcelos, 28/agosto, 1787. *Biblioteca Nacional* (4 págs. fol.).

11 – Memória sobre os gentios uerequenas, que habitam nos Rios Içana e Ixié, os quais deságuam na margem ocidental da parte superior do Rio Negro. Barcelos, 20/agosto, 1787. *Biblioteca Nacional* (11 págs. fol.).

12 – Memória sobre os gentios muras, que voluntariamente desceram para as povoações dos Rios Negro, Solimões, Amazonas e Madeira. Barcelos, 30/agosto, 1787. *Biblioteca Nacional* (12 págs. fol.).

13 – Memória sobre as máscaras e farsas que fazem para os seus bailes os gentios Yuru-pixunas. Barcelos, 31/agosto, 1787. *Biblioteca Nacional* (15 págs. fol.).

14 – Memória sobre os gentios cambebas que antigamente habitaram nas margens e nas ilhas da parte superior do Rio Solimões. Barcelos, 17/setembro, 1787 *Biblioteca Nacional* (14 págs. fol.).

15 – Memória sobre os indígenas Catauixis. Barcelos, 4/ junho, 1788. *Biblioteca Nacional* (4 págs. fol.).

16 – Memória sobre os indígenas Miranhas (Solimões). Barcelos, 4/junho, 1788. *Biblioteca nacional* (2 págs. fol.).

“DIÁRIOS” DE VIAGENS¹

1 – Diário da viagem filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro com a informação etc. (140 págs. fol., com outra cópia aumentada de 514 págs. fol.).

2 – Diário do Rio Branco. (27 págs. em 4^o).

3 – Relação circunstanciada do Rio da Madeira e seu território desde a sua foz até a sua primeira cachoeira chamada de Santo Antônio, feita nos anos 1788-1789. (101 págs. fol.).

4 – Viagem à Gruta das Onças em 1790 (16 págs. fol.).

5 – Roteiro da viagem de Mato Grosso (3 págs. fol.).

B) Códices menores que figuram no inventário literário, e dos quais não tenho notícia se jamais voltaram para o Brasil:

a) – Memória sobre as tartarugas Yurará-rete 1786. (9 págs. fol.).

b) – Memória sobre a tartaruga Matá-matá. (3 págs. fol.).

c) – Descrição da mesma tartaruga 1784. (6 págs. fol.).

d) – Descrição do peixe Arauaná 1787. (2 págs. fol.).

e) – Relação de todos os pássaros e bichos do Estado do Grão-Pará que se remeteram às Quintas Reais pelo Exmo. Sr. João Pereira Caldas 1763-1779. (19 págs. fol.).

f) – Relação das madeiras do Estado do Grão-Pará de que foram amostras à Secretaria de Estado da Marinha, remetida pelo Governador e Capitão-General João Pereira Caldas. (Data ?) (págs. ?).

g) – Relação dos nomes das madeiras próprias para a construção de embarcações, móveis de casas e outros destinos, que se têm descoberto no Estado do Pará. (6 págs. fol.) (Data ?).

h) – Memória sobre uma porção de cabo formado da casca do guambé-cima. (10 págs. fol.) (Data ?)

i) – Virtudes, preparação e uso da raiz de caninana nas enfermidades venéreas, tanto recentes como crônicas. (4 págs. fol.) (Data ?).

¹ Segundo a “Notícia dos escritos do Dr. Alexandre R. Ferreira” por R. de S. da S. Pontes, “Revista do Instituto Histórico” 1840, Tomo II, pág. 503.

CAPÍTULO III

O Itinerário da Viagem Filosófica no Rio Negro segundo o respectivo “Diário”

São nada menos que 692 páginas que ocupa o “Diário do Rio Negro” nos referidos 4 volumes da “Revista Trimensal do Instituto Histórico”, é acompanhado e entremeado de numerosos ofícios, relatórios anexos, roteiros etc., de maneira que o “Diário” propriamente dito se reduz a um tamanho consideravelmente menor. É contudo bastante penoso o caminho através desta aglomeração singular de peças heterogêneas; uma sinópsse rápida não é possível, e estou convencido de que tanto aqueles — e não serão muitos — que possuem a série completa da mencionada Revista, como os que não a possuem, me serão gratos por uma tentativa de coordenação deste material atorado. Sete “participações” circunstanciadas, todas dirigidas ao Governador Caldas, versam sobre a excursão à parte superior do Rio Negro e seus afluentes; cinco outras, não menos extensas, contêm a relação sobre a viagem realizada no curso inferior do mesmo rio.

Curso superior — Partindo, como dissemos já no primeiro capítulo, em 20 de agosto de 1785, às 7 horas da manhã, de Barcelos, consumiu A. R. Ferreira os dias 20, 21 e 22, vencendo a distância relativamente pequena de 16 léguas e meia até Moreira, por ter embarcado em canoa grande e ronqueira. Encontrou do lado meridional (direito) os rios Baruri e Guiuni e os riachos Arataí e Quermeucuvi. Às 6 horas da manhã do dia 23 chegou a *Moreira*, em outro tempo aldeia do Camará e por outro nome Caboquena. Informa A. R. Ferreira que este último nome era o de um índio, que por ocasião de uma sublevação de índios vizinhos no dia 24 de setembro de 1757 foi assassinado com o missionário carmelita Frei Raimundo Barbosa. Indica que o total dos habitantes importava em 276, sendo 184 índios e que o total dos fogos era 25. De gado só havia 11 cabeças.

Costeando a margem direita, entrou no dia 25 de agosto no Paraná-mirim, atravessou às 6 horas da tarde a boca do Rio Uarirá¹ e subindo nos dias 26 e 27, chegou no dia 28 às 8 horas da manhã na vila de *Tomar*, antigamente aldeia de Bararoá. Conta o autor, que meio século antes consecutivas epidemias de bexiga tinham assolado a população indígena e que o carmelita Frei Joseph de Madalena tinha pela primeira vez em 1740 tentado, com sucesso, a vacinação preventiva. Observou do lado direito a foz do rio Uereré, e do lado esquerdo o rio Padauri (que visitou na volta). O explorador indi-

1 O meu atlas de Stieler (estampa 90) dá este rio com o nome de “Urarirá”. — (Dr. E.A.G.)

ca o total dos habitantes no tempo da sua passagem como sendo 591, dos quais 521 índios, fogos 54 e cabeças de gado 19.

Largando do porto da vila pelas 8 horas da manhã do dia 1^o de setembro, chegou às 2 horas da tarde no lugar de nome *Lamalonga*, antigamente aldeia de Dari, segundo o principal de índios que a fundou. Fez propaganda entre os colonos para a introdução do cânhamo e do anil. Achou o total da população, sendo 203 pessoas, entre as quais 196 índios, fogos 21, cabeças de gado 19.

Demorando 4 dias em Lamalonga, às 6 horas da manhã de 5 de setembro continuou viagem rio acima. Passou a foz dos riachos Xibarú e Mabaá, do lado direito e do esquerdo o riacho Hisaá. Refere a história do célebre chefe dos índios Manaus Ajuricabá, residindo outros naquele rio e que aliando-se com os holandeses da Guiana muito deu que fazer aos portugueses, de sorte que o rei lhe declarou guerra e mandou organizar uma expedição contra ele, capitaneada por João Paes de Amaral e Belchias Mendes. Prenderam o valente Ajuricabá com mais dois mil índios, mas este “quis antes morrer afogado no rio, onde se lançou assim mesmo preso como estava, do que ser morto a sangue frio no cadafalso, que se lhe preparava”. Subindo durante os dias 7 e 8, passou pela boca do rio Daraá¹ e no dia 9 de setembro, às 11 horas da manhã, chegou à povoação de *Santa Izabel*. Ouviu A. R. Ferreira que a antiga povoação Vajauari, situada a três horas mais para baixo, perto da boca do rio Urubaxi (lado direito) tinha sido abandonada por causa das formigas, dos assaltos dos índios Muras, e refere que já era “tápera” no tempo da sua visita. Lamenta o autor os prejuízos que provêm da extração das “drogas” para a lavoura; recomenda, o que hoje em dia se chama, a “cultura intensiva”

No dia 11 de setembro, às 6 horas da manhã, largou de Santa Izabel. “Passada meia hora de viagem, principiou pela minha parte o susto e pela dos índios da canoa o trabalho, não sei se diga, de a puxarem à corda, se de a carregarem às costas para vencerem a primeira correnteza. Acelera por aquela parte o rio o seu curso, e por entre ilhótes de pedra corre com tanta velocidade, que bem se pode considerar aquela como a primeira cachoeira. Não foi uma só a que venci pela primeira vez; seguiram-se imediatamente duas outras correntezas, que a canoa não pôde vencer, sem ser levada a carga pelos índios. Assim passei o dia saindo de uma e entrando em outras mais, e menos violentas, até ser obrigado a pernoitar”. Na manhã do dia 12 entrou no furo de Marauiá, saindo dele às 2 horas da tarde; às 8 horas da manhã do dia 13 passou a foz do rio Inambú, e às 10 do mesmo dia a do rio Abuará (todos três ao lado esquerdo) e pelas 10 horas da manhã do dia 14 entrou na povoação de *Santo Antônio do Castanheiro Novo*. Cita como afluentes do lado direito do Rio Negro neste trajeto os rios Urubaxi, o Uajanana (Ajuaná), o Uenerixi¹, o Inuixi e o Xinará².

A. R. Ferreira achou a povoação³ habitada por índios Barés, Iuris, Pexunas, Passés e Xamás. Dá o total da população como sendo de 114 pessoas, das quais 108 índios aldeados, fogos 9.

1 O meu “Stieler” escreve “Darahá”. – (Dr. E. A. G.)

2 e 2 Os respectivos rios têm no meu “Stieler” os nomes “Univeri” e “Chivará”. – (Dr. E. A. G.).

3 Destas povoações escreve Ferreira: “O que escrevo desta, entenda V. Exa. de todas as outras povoações até a de São Gabriel. Nenhuma delas merece tal nome, porque nenhuma delas é outra coisa mais do que verdadeiramente uma feitoria de farinhas”. Dos soldados, que tantas vezes en-

De Castanheiro mandou o soldado Joaquim Pinto com cartas ao comandante da fortaleza de São Gabriel, pedindo pequenas canoas em troca da canoa grande de transporte. Seguindo viagem às 6,30 horas da manhã do dia 15 de setembro, costeando o lado setentrional, viu pelo lado norte, a distância considerável, as serras de Cauaburiz⁴, pernitoou sobre baixos de areia e ao meio dia de 16 de setembro aportou na povoação de *N. S. do Loreto de Maçarabi*, fundada em 1772 por Joseph Antônio da Cunha no lugar da residência do principal Maçá. (179 habitantes, dos quais 175 índios, fogos 13).

No dia 20 de setembro, às 8 horas da manhã, voltou o soldado J. Pinto com as 4 canoas pedidas e duas cartas do comandante da fortaleza de São Gabriel, e assim na manhã do dia 22 A. R. Ferreira pôde seguir rio acima. Já ao meio dia do mesmo dia aportou na povoação de *São Pedro*, antigamente aldeia de Simapé. (101 habitantes dos quais 95 índios, fogos 11). Às 8 horas aportou na povoação vizinha de *São Joseph*, dirigida pelo soldado Luiz Mago (79 habitantes, todos índios, 7 fogos).

Logo seguiu para *S. João Nepomuceno do Camundé* (latit. 22' sul), povoação de 12 casas e 120 habitantes, todos índios, dirigida pelo soldado Joaquim Jorge e com alguma cultura de maniva e anil.

Às 6 horas da manhã do dia 24 de setembro A. R. Ferreira achava-se na boca do Rio Marié (lado direito), cujas margens eram habitadas pelos índios Mepuri e Macu¹; o rio Marié se comunica com o Japurá mediante o afluente deste, Puréos. O autor chama a atenção sobre a árvore da casca preciosa, que na língua baré se chama "inidão" e cujos frutos se conhecem com o nome de "puxuri-mirim". Às 7 horas da manhã do dia 25 de setembro estava na foz do rio Curicuralu (lado direito), avistando ao longo altas serras, habitadas pelos índios Mepari, Maiapena e Macu. Entre 9 e 10 entrou no porto da povoação de *São Bernardo do Camanao* (nome tirado do principal João Luiz Camanao, falecido na foz do Rio Piraparaná em 21 de fevereiro de 1784). (Total 94 habitantes, todos índios, fogos 7). "Da povoação de São Bernardo até ao porto de cima da de São Gabriel posso dizer a V. Exa. que tudo é uma cachoeira continuada". A. R. Ferreira tece um elogio ao anseçada Bernardino de Freitas que dirigia a sua canoa e as cordas de "timbó-titica" e "piassaba". Antes de S. Gabriel visitou ainda a povoação de *N. S. de Nazaré de Curiana* (lado esquerdo), constando de 9 casas com 117 habitantes entre os quais 109 índios (fogos 9).

Segue a descrição da entrada em *São Gabriel*, sua situação pitoresca, sua fortaleza, sua história etc. A população se compunha de índios aldeados nas nações Barés, Mapuris, Juripixunas etc., e constava de 197 habitantes, dos quais 190 índios (fogos 14). De-

contramos como diretores destas povoações e colônias, conta o nosso autor, que na sua maioria eram resíduos da extinta expedição de limites entre Portugal e Espanha e que o rei, por diversas cartas, tinha animado os casamentos destes com as índias do Amazonas superior.

4 No atlas Stieler esta serra figura com o nome de "Cababuris".

1 Como anexo vem um extrato de relatório sobre a viagem ao rio Marié, em setembro de 1755 realizada por Antônio José Laudi, arquiteto, em companhia do capitão Estêvão José da Costa, por ordem do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado – relatório que narra o procedimento traçoero dos principais Manacaçari e Aduana, que tinham se comprometido para um descimento ("Revista Trimensal", 1885, pág. 165 - 175).

teve-se aqui algum tempo A. R. Ferreira, pois só no dia 18 de outubro de 1785 vimo-lo encaminhar-se para uma exploração do *Rio Uaupés*¹. (No dia antes, 17, ficou com o lado direito adormecido em consequência de uma descarga elétrica, que se tinha dado na casa do coronel Manoel Gama Lobo de Almeida). Logo acima de S. Gabriel, na distância de meia hora de viagem, viu-se a povoação de *São Gabriel*, com 152 habitantes índios. Vencendo as duas cachoeiras do Caldeirão e do Paredão, chegou com um dia de viagem na boca do Uaupés, às 6 horas da manhã do dia 19 de outubro. Uma légua acima entrou na povoação de *São Joaquim do Cuané* (3' latit. Sul¹). Saindo às 10 horas da manhã do dia 19, chegou à boca do Rio Tiquié (afluente do lado direito) pelas 8 horas do dia 23. (Nota Ferreira que tanto pelo Tiquié, como pelo Capuri se pode ir ao Rio Apaporis, tributário do lado esquerdo do Japurá). Chegando à primeira cachoeira, chamada do Ipanoré, os índios remeiros se negaram a continuar viagem e A. R. Ferreira viu-se obrigado a voltar.

Tendo-se demorado no Rio Uaupés pelo espaço de 9 dias (19 a 28 de outubro de 1785), subiu outra vez o Rio Negro acima, chegando à povoação de Santana (constando de 8 palhoças desertas) e depois à de São Felipe, de 11 palhoças,¹ lugarejo dirigido pelo soldado Joseph Duarte. Ficando na mesma margem do rio (direita) chegou às 9 horas da manhã do dia 29 na foz do *Rio Içanã*. Tendo mandado um soldado procurar montaria em N. S. da Guia, A. R. Ferreira dividiu, depois da chegada desta, a expedição em dois corpos: ele, acompanhado do desenhador Joaquim J. Codina, resolveu subir o Rio Içanã, deixando a sua canoa "com toda e qualquer fazenda real que nela se acha" aos cuidados do desenhador Joseph J. Freire. Já não acha mais a povoação de S. Miguel do Iparaná, outrora habitada pelos índios Banibas. Às 2 horas da tarde do dia 31 de outubro venceu a primeira cachoeira; 8 horas da manhã do dia 1^o de novembro subiu a segunda, a terceira às 6 horas da tarde, a quarta no dia 2 e a quinta às 11 horas da manhã. A. R. Ferreira cita, como observados por ele, dois rios do lado austral, o Cubaticui e o Amauari; do lado do sul o Coiari. "Da fartura de caça e da abundância de pescadas não era aquela a munição a decidir, visto que todos estes rios são famintos pela enchente; contudo, algumas piranhas se pescaram e os mais peixes do país". A. R. Ferreira, principiando a sentir sintomas de sezões, não estendeu além de 8 dias a excursão por este rio. Saiu da sua foz na tarde do dia 5 e pelas 5 horas aportou na povoação de N. S. da Guia. (Lugar miserável de 15 tijupares, dirigidos pelo soldado Joaquim Thomás de Aquino). Às 5,30 horas da manhã do dia 6 de novembro continuou viagem e depois de perto de 12 horas de jornada aportou em *S. João Batista de Mabé*: 6 casas e 48 almas dirigidas pelo soldado Lourenzo Pereira Cardoso. Saindo ao amanhecer do dia 7, atravessou para a margem austral e depois de uma viagem de 3 horas chegou na povoação de S. Marcelino, situada na foz do rio *Ixié*. Aqui era um ponto importante debaixo do ponto de vista estratégico: muito se temia (como se vê pelos ofícios juntos) de invasões espanholas pelo lado do forte espanhol Santo Agostinho. A. R. Ferreira dividiu pela segunda vez sua coluna exploradora: ele, chefe e Codina, o desenhador, propuseram-se subir o rio *Ixié* (lado direito) enquanto que J. J. Freire e o prepa-

1 Segundo Stieler o rio Uaupés seria em território da Colômbia.

1 Segundo o meu atlas de Stieler pl. 90 São Joaquim seria situado tantos minutos para o norte do Equador, e não para o sul.

rador Agostinho J. do Cabo ficaram encarregados de subir o rio *Dimiti* (lado esquerdo)¹. A participação traz informações tanto de uma excursão, como da outra. A. R. Ferreira demorou-se 6 dias no rio Ixié (8 até 13 de novembro). Notando numerosos rastros de onças e avisado pelo piloto da vizinhança dos índios Uerequenas voltou. (A excursão da coluna que fora destacada pelo rio Dimiti não apresenta coisa alguma de notável (9 - 14 de novembro). Em 15 de novembro, pelas 11 horas da manhã, chegou A. R. Ferreira na Fortaleza de S. Joseph de Marabitanas.

Comandava-a Joaquim Manoel da Maia Melo, de cuja atividade o autor faz vantajosa referência. O total da população existente nos diversos lugarejos subalternos ao forte importava em 83 pessoas, todas índios (Barés e Banibas); fogos havia 56. “Aqui a fome e o infinito mosquito eram a prova de bomba das mais resignadas paciências”. Até Cacui (Cucuhy) A. R. Ferreira não foi. Depois de uma residência de 5 dias e meio na Fortaleza de S. Joseph de Marabitanas, desceu outra vez o Rio Negro no dia 20 de novembro, gastando 3 dias até São Gabriel (22 de novembro). Acondicionando as coleções feitas, demorou-se aqui até 2 de dezembro. No dia 3 dormiu em São Pedro, no dia 4 entrou em Loredo de Maçarabi. Resolveu-ε subir o *Rio Cauaburi*¹, chovendo porém copiosamente nos dias 5 e 6, só na tarde deste dia pôde Ferreira, acompanhado de J. J. Codina, meter-se em caminho, tendo logo a vencer uma cachoeira (8,30 horas de viagem da foz) e outra de tarde do dia 7. Entre a segunda e a terceira cachoeira grande viu A. R. Ferreira a boca do afluente esquerdo Rio Majá e refere o que o soldado Efigênio da Costa informou acerca de uma sua expedição neste braço e a pretendida comunicação com o rio Abuará. Deixando aqui um dos desenhadores para pintar estas cachoeiras, o nosso explorador reservou para si a exploração do *Rio Maturacá* (tributário esquerdo do Cauaburi). Durante o dia 9 de dezembro navegava entre o igarapé de Emobo e a boca do Iá (poente).

Pelas 4 horas da tarde do dia 10 de dezembro viu a Serra dos Mabiús (margem oriental), e o lugar da tapera, onde no dia de Pentecostes de 1766 o principal destes índios assassinou traiçoeiramente o ajudante de auxiliares Francisco Rodrigues. Às 6 horas achou-se debaixo da grande serra do Cauaburi, que não pôde bem perceber através das grossas nuvens. “O cume é escaldado e consta de saxo, o qual chega a adquirir com o sol um tal grau de calor que incende o restolho que nela há; e do fogo assim excitado procede nos índios, que o observam, a admiração com que vêm e contam uns aos outros, que há na dita serra um fogo prodigioso, porque ignoram a causa; uma das suas sumidades se apresenta em forma de um grupo farpado e é absolutamente inacessível”. Por causa da falta de gente precisa e meios de prevenção contra “os casos das mordeduras de cobras, as quais ali são infinitas, além de muitas onças, porcos do mato e toda a casta de feras, de que aquela serra é um covil” A. R. Ferreira desistiu da subida da Serra de Cauaburi e seguiu em demanda da boca do Rio Maturacá. Lá chegou às 3.30 horas da tarde do dia 12/XII. O autor se estende sobre a subida neste rio realizada em 1786 pelo

1 Visto que tanto o percurso do rio Dimiti como o do rio Ixié e Içanã acham-se em todo ou em parte pontuados ainda nos mapas geográficos modernos, o que significa – “terra incógnita” – recomendamos a leitura dos respectivos trechos deste “Diário” aos geógrafos. – (Dr. E. A. G.).

1 Também o rio Cauaburi (Stieler: Cababuris), com seus afluentes Majá (Stieler: Mayo) e Maturacá (Stieler: Meturação) acham-se indicados como inexplorados nos mapas modernos. A leitura desta participação (sétima) é portanto de bastante interesse para os geógrafos, encontrando-se talvez ainda os desenhos respectivos. – (Dr. E. A. G.).

cabo de esquadra Raimundo Maurício e a comunicação com o rio Bacimone e o Canal de Caciquiari. Ferreira voltou da foz do Maturacá e gastou 2 dias (13/14) para descer até Caldas, povoação situada na margem oriental e no princípio da primeira cachoeira grande do rio Cauaburi — ao passo que tinha gasto 6 dias na subida.

O incansável explorador quis continuar no estudo dos tributários do lado esquerdo do Rio Negro e assim tomou logo em vista visitar o *Rio Padauri*¹. Saindo de Caldas (109 índios, 11 fogos) no dia 17 de dezembro, chegou na foz do dito rio, situada em frente à vila de Tomar, pelas 4 horas da manhã do dia 20. O rio é de água branca, ao passo que o Ixié-mirim¹, afluente esquerdo do Padauri, é de água preta. “É rio este mais que abundante de palmeiras mutiri, jauari, e assai; a piassaba é mais rara, dela recolhi alguns filhos, que transplantei para esta vila; a caapiranga é muito vulgar. Em qualquer parte se encontra ubim; só da cachoeira para cima há ubussu para as cobertas das casas, e nos rios colaterais, assim como nas suas cabeceiras alguma salsa e cupaúba aparece. Pela vazante do rio tiram-se dele bastante tartarugas, das que por aqui se chamam jurarás e tracajás, bem como os peixes tocunará, traíra, aracu, piraíba, grandíssimas piranhas de 2, 3, 5 e 6 libras de peso, surubis etc., e de rio cheio algum peixe-boi. Nas terras das magrens aparecem os jabotins, os taititus, e veados etc., nadam no rio infinitas lontras, antas e capivaras; e quanto às aves nunca vi tantos mutuns e kujubis”. As demais informações sobre o Padauri e seus afluentes são emprestadas de índios práticos. Tendo chegado no dia 25/XII à cachoeira extensa, achou “o mosquito inaturável neste lugar”. Saiu na tarde do dia 27/XII.

No *Rio Uaracá*² explorou A. R. Ferreira mais um tributário esquerdo do Rio Negro.

Entrou neste rio, que deságua a um dia de distância da vila de Barcelos, no dia 30 de dezembro pelas 9 horas da manhã. A meio dia de viagem da boca chegou à lagoa El-Rei (“ficou-lhe este nome por nele haverem pescado os algarvios empregados no serviço da pesca para sustento dos entretidos pela fazenda real na diligência da demarcação passada.”) Informa, por ter ouvido dizer, que a distância de quatro dias de viagem rio acima principiavam as terras altas e navegando mais dois dias, chega-se a uma cachoeira e que o morador J. Gomes de Andrade, subindo mais três dias acima dela, retrocedeu por causa dos muitos índios. Comunica-se com o rio Caratimani (afluente esquerdo do Rio Branco).¹

Como já dissemos, A. R. Ferreira achava-se na vila de Barcelos no fim do ano de 1785; evidentemente ele limitou-se a uma simples excursão ao curso inferior do rio Ua-

1 Tanto o Padauri (Stieler: Padavire) com os seus afluentes, como o Uarae são indicados como ainda hoje inexplorados nos mapas de Stieler, o último de todos, o primeiro pelo menos quanto a todo o percurso inferior. — (Dr. E.A.G.).

2 Tanto o Padauri (Stieler: Padavire) com os seus afluentes, como o Uaracá são indicados como ainda hoje inexplorados nos mapas de Stieler, o último de tudo, o primeiro pelo menos quanto a todo o percurso inferior. — (Dr. E. A. G.).

3 De semelhante comunicação os mapas modernos à minha disposição não dão notícia. O meu “Stieler” dá o Caratimani como tributário esquerdo do Rio Tixibiri e como inexplorados o curso superior tanto de um como de outro. — (Dr. E. A. G.).

racá e não passou além da tal lagoa do El-Rei. Assim a viagem ao curso superior do Rio Negro tinha durado quatro meses e meio — do dia 20 de agosto de 1785 até 31 de dezembro do mesmo ano.

As participações que seguem, referem-se à exploração do curso inferior do Rio Negro. A primeira, muito extensa e em muitos respeitos digna de leitura, dá conta detalhada da vila de Barcelos. Orienta sobre ensaios de aclimação de plantas e frutas tropicais oriundas de outras partes do Brasil e indica o total dos habitantes como sendo de 1.153 (fogos 90, cabeças de gado 42).¹ A. R. Ferreira desceu o Rio Negro no dia 23 de abril de 1786, chegando em 24/IV em *Poiares* (400 moradores, dos quais 366 índios). Em 26 de abril achamo-lo na vila de *Moura* (antigamente aldeia da Pedreira). Lá achou 814 moradores, dos quais 729 índios aldeiados, fogos 88, cabeças de gado 74. Às 10 da manhã do dia 28 de abril o nosso viajante tinha atingido o lugar de Santo Elias do *Afrão*, com 148 habitantes (126 índios, 22 fogos). Na manhã do dia 1^o de maio A. R. Ferreira já se achava na Fortaleza da Barra do Rio Negro. Lá tinha 301 moradores (índios 243), fogos 40, cabeças de gado 21.²

O aviso, expedido ao comandante desta fortaleza, era do seguinte teor:

“Achando-se o Doutor Naturalista, A. R. Ferreira a partir daqui brevemente para o Rio Branco, a fim de proceder naquele distrito aos exames da sua comissão, e devendo com o mesmo fim primeiramente encaminhar-se até esta Fortaleza, até à foz e confluência deste rio, com o Amazonas fique V. Mercê entendendo que não só para as precisas indagações e observações deve coadjuvar ao dito Doutor com as notícias e informações que lhe pedir, mas mesmo com o que necessitar, de gente e mantimentos co brando destes V. Mercê recibos, para se abonarem, ou se satisfazer a sua importância, pela Real Fazenda, e enviando-me, a seu tempo, a relação de tudo, para assim me ser presente.” Deus Guarde a V. Mercê.

Barcelos, 15 de abril de 1786.

Infelizmente o que a “Revista do Instituto Histórico” imprimiu deste Diário da Viagem Filosófica não vai além da chegada de A. R. Ferreira à Barra do Rio Negro. Estamos portanto privados ainda dos pormenores sobre a exploração do Rio Branco, assim como de tudo o mais que diz respeito às ulteriores viagens do naturalista no alto Amazonas.

1 “Revista do Instituto Histórico” 1886, Tomo 49, páginas 123 - 288.

2 Na pág. 109 da “Revista Trimensal” 1888 vem no “Suplemento a participação geral do Rio Negro” um mapa sobre a população do Rio Negro, no qual o total dos habitantes das 28 povoações é indicado por A. R. Ferreira como sendo de 6.642, a saber 5.760 índios, 633 pessoas livres, 247 escravos. O número de fogos é de 777.

CAPÍTULO IV

Fragmentos sobre etnografia e zoologia amazônicas, extraídos do mesmo "Diário".

Na sétima participação, que contém um resumo geral sobre as observações feitas durante a viagem filosófica, A. R. Ferreira dá no Capítulo XVI¹ uma sinopse sobre os índios do Rio Negro, coordenada segundo os rios. Esta lista é de bastante interesse e vale a pena ser conhecida e reproduzida, porque ela facilita a orientação sobre o estudo da distribuição geográfica dos aborígenes mais de cem anos atrás. Eis a cópia literal:

"Passo a especificar os gentios. O asterisco (:*) denota as nações desertadas, ou extintas nos rios da sua habitação como foram os índios Tarumaz:

RIOS DO NORTE

I RIO ANANINÉ	Os Aroaquis.
II RIO JAUAPIRI	Aroaquis.
	1 Parauanas
	2 Aroaquis.
	3 Parauás.
	4 Aturaís.
	5 Pauxianas.
	6 Guaiumazás.
	7 Tapicaris.
	8 Saparaz.
	9 Uajurus
	10 Xaperus.
III RIO BRANCO	11 Mapixabas.
(Queceno)	12 Sucuris.
	13 Jaricunas.
	14 Carapis.
	15 Uaicás.
	16 Macuxis.
	17 Caripunas.
	18 Amaribás.
	19 Arinas.
	20 Quinaos.
	21 Pericotos.
	22 e alguns Macus dispersos.

¹ "Revista Trimensal do Instituto Histórico" 1888, Tomo 51, pág. 7 sêg.

IV RIO UARANACUA	1 Uaranacuacenas * 2 Parauanas.
V RIO UARACÁ	1 Quinanas *
VII RIO UERERÉ	1 Carajaís. 2 Ueriúnas *
VIII NOS RIACHOS ANTES DO MARAULÁ	1 Omanaos. 2 Uanaz. 3 Uariunas.
VIII NOS RIACHOS ANTES DO MARAULÁ	1 Manaus.
IX RIO MARAUIÁ	1 Curanaos * (poderosos inimigos dos Manaus). 2 Ujanas *
X RIO CAUABURIS	1 Demacuris. 2 Madauacás e outros.
XI RIO MIUÁ	1 Demacuris *
XII NOS RIACHOS DA FRONTEIRA	1 Arinis * 2 Marapitanas (hoje Marabitenas).

RIOS DO SUL

I RIOS IAÚ E ANANI	1 Antigamente os Caraias (que foram expulsos e destruídos pelo Muras).
II RIO CAUAURI	1 Cauauricenas * 2 Caraias *
III RIO UARIRÁ	1 Manaus (que ocupavam uma e outra margem do Rio Negro e dos rios seus colaterais, até a ponta inferior da Ilha de Timoni, fronteira à barra do Rio Xinará.).
IV RIO MARIÁ	1 Mepuris. 2 Macus.
V RIO CURICURIAÚ	1 Mepuris. 2 Macus. 3 Maiapenas.
VI RIO UCAIARI (Uaupés)	1 Cojanas. 2 Uaupés. 3 Cuenacans. 4 Arapassus. 5 Mucinoz. 6 Paicoenas. 7 Araras. 8 Iauaras. 9 Banibas. 10 Ucaiaris. 11 Uauanás. 12 Cduiaris. 13 Cequenas. 14 Cuereruis.

	15 Cueuanas.
	16 Burenaris.
VI RIO UCAIARI (Uaupés)	17 Mamangas.
	18 Paneunás.
	19 Vários Macus dispersos.
	1 Banibas.
	2 Tumaiais.
VII RIO IÇANA	3 Turimaris.
	4 Dicanas.
	5 Puetonas.
	6 Uerequenas e outros.
	1 Banibas.
IX RIO IXIÉ	2 Xapuenas.
	3 Uerequenas.
	4 Mendos e outros.

Infelizmente a maior parte dos índios citados ficaram unicamente com a simples citação; bem três quartas partes desapareceram e hoje o viajante na Amazônia, em vão, indaga dos vestígios deixados por eles, como muito bem escreveu Martius uns 80 anos mais tarde na sua obra sobre a “Etnografia da América”. Como resulta de uma comparação com os títulos dos trabalhos etnológicos de A. R. Ferreira, este explorador não travou relações com outras tribos senão com os Iurupixunas, os Maués, os Curutús, os Uerequenas, os Muras, os Cambêbas, os Catauixis e os Miranhas. Se se pensa na magnífica ocasião que teve A. R. Ferreira de aprofundar mais as pesquisas sobre etnografia e antropologia amazônicas, ainda como contemporâneo de tantas tribos das quais não se sabe absolutamente nada e das quais nunca mais há de se saber coisa alguma — quem não lastimará tamanha lacuna e quem não se sentirá entristecido pela esdrúxula complicação de deveres imposta ao nosso viajante, que perdeu seu tempo em verificar o estado dos panos de linho dos altares, o número das campainhas existentes, a importância da dívida dos colonos com a fazenda real e a categoria civil e militar das que em cada embarcação entravam nos portos de Barcelos e do Pará?

Passo a reproduzir a lista dada por A. R. Ferreira “dos animais que fazem objeto das caçadas e das pescarias dos índios”¹:

MAMALIA

	<i>Diurnos</i>	Macacos
	1 Guariba	pexuna guarijuba
I PRIMATES	2 Coatá.	
(macaca)	3 Cochiú.	
	4 Itapuá	De prego
	5 Caiarara.	
	6 Paracu 2	
	7 Maricauçu	Barrigudo

1 Capítulo XXVII, artigo 5 “Revista Trimensal” de 1883, (Pág. 94 - 102).
Ocasionalmente pretendo ocupar-me mais detalhadamente desta lista, procurando, onde for possível, dar uma interpretação dos sinônimos científicos. — (Dr. E. A. G.).

2 Evidentemente deve ser Paracu; o n será erro tipográfico. — (Dr. E. A. G.).

I PRIMATES	8 Guaiapessá.	
	9 Xaguim	tinga pexuna
	<i>Noturnos:</i>	
	1 Hiá.	
	2 Jupará 3	
	1 Juaraná . . .	Peixe-boi ordinário dito de manteiga.
	2 Ay	Preguiça
	a) Guaçu	
	b) Merim	
	c) Tatá	
II BRUTA	3 Tamanduá:	
	a) Guaçu, de bandeira na cauda.	
	b) ordinário sem ela.	
	c) Tamanduáí.	
	a) Guaçu	
	b) Tinga	
	4 Tatu..	c) Peba d) Bola e) Tatuí
	1 Jaguarité	Onça
	2 Sussuarana	Onça
	3 Coati:	
	a) Mondê	
	b) Merim	
III FERAÆ	4 Irará	Papa-mel
	5 Mucura:	
	a) Guaçu	
	b) Xixica	
	1 Coandu	Ouriço
	2 Uariru	Ratos
	a) terrestre	
	b) aquático	
	3 Cutia:	
	a) Piranga	
	b) Pexuna	
	c) Acutuia	
IV GLIRES	4 Paca	
	5 Saiuí:	
	a) Guaçu	
	b) Merim	
	c) Santina	
	6 Acutipuru	Rato de palmeira
	a) Pirangauaçú	
	b) Pirangamirim	
	c) Pexuna	
V PECORA	1 Suapu	Veado
	a) apara.....	
	b) tinga.....	
	c) anhangá..	
	d) caapora...	

(Nota-bene: Que a cabra (suapumé), a ovelha e o boi (tapira) são mamais exóticos, assim como o são o porco doméstico, o cavalo e o cão etc.).

- 1 Taiacu Porco
 a) Uiaia
 b) Caapora . . . De queixada branca.
 c) Taititu Sem ela
- VI BELLUAE
- 2 Tapira-cauara Anta (tapireté)
 a) cariacu (só difere em ser menor)
- 3 Capiuara Capiuara

AVES

Papagaios

- 1 Arara
 a) vermelha
 b) toda azul
 c) azul e amarela
- 2 Paraua:
 a) real
 b) moleiro
 c) curica
 d) granadeiro
 e) verde com o papo amarelo
 e) todo verde com a cabeça amarela
- 4 Maracanã:
 a) azul
 b) verde
 c) amarela
- I PICAIE
- 5 Anacã:
 a) todo pardo
 b) azul-verde, com a cabeça roxa
 c) verde, com ela parda
- 6 Periquito:
 a) amarelo
 b) verde
 c) verde e amarelo
 d) verde com a cabeça alaranjada
 c) verde, com ela roxa
- 7 Tocana Tocano
- 8 Araçari a) de papo branco
 b) agemado
- 9 Japu:
 a) preto e amarelo
 b) todo amarelo
- 1 Ipeca Pato
 a) doméstico
 b) silvestre uaçu
 mirim
- II ANSERES
- 2 Ipequi
- 3 Ireré

- II ANSERES
- 4 Potiri-uaçu Marreção
 a) liso
 b) penteado
- 5 Potiri-mirim Marreca
 a) Pai
 b) Petuma
 c) Uananá
 d) Uaanaí
- 6 Carará:
 a) Guaçu
 b) Cararáí
- 7 Miua Mergulhão
- 1 Jaburu
 2 Tujuju
 3 Magoari
- 4 Uaçará Garça
 a) uaçu (real)
 b) uaçari
 c) fusca
- 5 Curicaca
 6 Caracará
 a) uaçu
- 7 Corocoró
 8 Carão
 9 Socó:
 a) pinima
 b) uaçu
 c) socoi
- 10 Guará
 a) una
- 11 Aiaia Colhereira
 12 Antirantim Gaivota
 a) uaçu
 b) mirim
 c) y
- III GRALLAE
- 13 Jarcuá Corta água
 14 Caripirá
 15 Arapapa:
 a) branco
 b) pardo
- 16 Massarico:
 a) real
 b) mirim
- 17 Maguari:
 a) uacu
 b) mirim
- 18 Guarirama:
 a) uaçu
 b) mirim
 c) penima
- 19 Pepessoca
 20 Jacamin:
 a) preto
 b) cinzento
- 21 Saracura da mata:
 a) grande
 b) pequena

- Saracura da campina:
c) toda pintada
- III GRALLAE 22 Jaçanã
- 1 Mitu Mutum
- 2 Pexuna:
a) com o ventre branco
b) com ele castanho
- 3 Penima
- 4 Anhangá
- 5 Uru
- 6 Jacu:
a) reté.
b) peba.
(N.B. *Que os perus e as galinhas (sapucaias) são aves exóticas.*)
- IV GALLINAE
- 7 Aracuã
- 8 Inambu:
a) tōra
b) macucaua
c) peba
d) cuiã
e) sururina
f) penima
g) corcovado
- 1 Picaçu Pomba (Trocal)
a) guaçu
b) reté
c) iróa
d) Juruti
e) Picuí
- V PASSERES
- 2 Unambé 1 :
a) Cuiucuiu
b) azul
c) cinzento e branco
d) amarelo
- 3 Guirauna Melro do Brasil
- 4 Jaçana
- 5 Juaná 2 Galo da Serra
(N.B. *Que os índios pela ocasião da fome tudo comem até os corvos. Porém aqui só se faz menção da caça ordinária entre eles.*)

ANFIBIA

- 1 Jurará Tartaruga
a) Uaçu
b) Acanguçu
c) Petiu
d) Uirapiquis
- I REPTILIA

1 Com esta designação ainda se conhecem hoje no Pará as diversas espécies de *Colinga*. – (Dr. E. A. G.).

2 É interessante que A. R. Ferreira chegou a observar a bela *Rupicola crocea*. Com os “corvos”, de que fala na nota junto, naturalmente não se entende outra coisa senão os “Urubus”. – (Dr. E. A. G.).

	e) Tracajá	
	f) Matamatá	
	2 Jabotim	Cágados
	a) tinga	
	b) piranga	
	c) carumbé	
	d) aparema	
	e) juruparige	
I REPTILIA	3 Teiu	Lagartos
	4 Jacaré:	
	a) uaçu	
	b) tinga	
	c) curubarana	
	5 Iguana	
	6 Gacuruaru	
	7 Cucuruaru	
	8 Aru	
	9 Jué	
		Cobras
II SERPENTES	Terrestres:	
(Boia)	1 Gibóia	
	Aquáticas:	
	2 Surucuju	
III NANTES	1 Guaçu	Raias
(Janira)	2 Tatá	
	3 Narinari	
	4 Jurapari	

PISCES

	1 Muçum	
	2 Tamatuá	
	3 Puraquê	
	4 Jandiá	
	a) merim	
	5 Jacundá:	
	a) Piranga	
	b) Penima	
	c) Curuba	
	6 Traíra	
I LACUSTRES	7 Geju	
	a) Reté	
	8 Uaracapuri	
	9 Acará:	
	a) araruá	
	b) puá	
	c) tuapuá	
	10 Uacari:	
	a) merim	
	b) penima	
	11 Utuí	
	12 Sarapó	

A) *Maiores:*

- 1 Pirauíba
- 2 Pirarucu
- 3 Dourado
- 4 Jandianaçu
- 5 Pirarara
- 6 Pirapinana
- 7 Surubim
- 8 Pirainambu
- 9 Piramutaba
- 10 Tucunaré:
 - a) guaçu
 - b) puitanga
 - c) paca
 - d) penima
- 11 Pirapetinga
- 12 Tambaqui
- 13 Uaçu
- 14 Cuiucuiu
- 15 Arauaná
- 16 Pirapucu
- 17 Jatauarana
- 18 Uatucupá Pescada

B) *Menores:*

- 19 Anujá
- 20 Mandubé
- 21 Mapará
- II FLUVIATILES 22 Pacu:
 - a) tinga
 - b) pexuna
 - c) piranga
 - d) puitanga
- 23 Piranha:
 - a) tinga
 - b) pexuna
 - c) piranga
 - d) merim
- 24 Apapá
- 25 Jeraque
- 26 Uaracu
 - a) tinga
 - b) penima
- 27 Paracatimbau
- 28 Araripirá
- 29 Piracatinga
- 30 Pira-tipioca
- 31 Pirá-andira
- 32 Pirá-antan
- 33 Matupiri
- 34 Mandi
- 35 Tarauíra
- 36 Acará:
 - a) tinga
 - b) piranga
- 37 Arauri
- 38 Curimatã
- 39 Caranataí

INSECTA

I HIMENOPTERA	1 Taxiúá Formigas a) sauba b) mandiuara
II APTERA	1 Ussá Caranguejos a) Uaracairu b) Uararu

VERMES

I TESTACEI	1 Itã
	2 Uruá

A precedente lista provoca a crítica e censura de um naturalista moderno em mais de um respeito. Há erros e irregularidades provenientes do autor. Se A. R. Ferreira classifica, por exemplo, o Jupará (*Cercoleptes caudivolvulus*) entre os macacos noturnos e desconheceu assim um verdadeiro Ursídeo, da família dos Carniceiros, ou como o autor os intitula, das "Ferae", constitui isto simplesmente um lapso, para o qual não há desculpa. A mesma coisa acontece em relação à "Capivara" (*Hydrochoerus capibara*) que ele coloca entre os paquidermes, no meio dos porcos, seduzido pela grosseira semelhança exterior deste grande roedor, que ele devia ter posto entre os seus "Glires". E assim por diante: a lista dos mamíferos, das aves, dos peixes ainda daria muito que observar, especialmente para quem sabe que o autor viajava com o "Systema Naturae" de Linneo na mão (como ele dá diversas vezes a entender). Também as "Planches enluminées" sobre as aves, de Buffon (1770 - 1786), já tinha saído naquele tempo, obra ornitológica volumosa que o autor poderia ter consultado com bastante proveito, visto que traz pássaros da Guiana Francesa. Tivesse ele escrito menos ofícios e se familiarizado mais com a obra do criador da nomenclatura binária, que ainda hoje é constantemente consultado tanto pelo botânico, como pelo zoologista, a enumeração teria saído mais correta. Do outro lado há imperfeições que evidentemente correm por conta do impressor da "Revista Trimensal" e não são poucas. Não posso acreditar, por exemplo, que A. R. Ferreira tivesse, no seu original, cometido tal confusão e mistura de coordenação dos nomes, como se encontra na cópia impressa pelo "Instituto Histórico". Estou convencido de que o nosso viajante quis dar na primeira coluna as ordens e famílias, com os seus nomes científicos, segundo Linneo, na segunda (do meio) um agrupamento, mais ou menos natural, correspondendo aos gêneros e espécies, em tupi ou língua geral (visto que não ousava tentar a classificação científica conforme o seu guia) e na terceira ele quis dar os sinônimos portugueses, onde ele os conhecia. Ou na cópia saiu tudo misturado, e quem não é naturalista não reconhecerá tão facilmente o que pertence à primeira coluna e o que faz parte da segunda. Retifiquei a lista, sobre a minha responsabilidade, cabendo-me ela também quanto à numeração que introduzi para facilitar a sinopse.

E assim mesmo a mencionada lista constitui coisa útil ainda hoje na mão do naturalista e bons serviços presta quanto à ortografia e pronúncia dos nomes tupis para numerosos animais amazônicos.

No "suplemento a participação geral do Rio Negro" ¹ A. R. Ferreira deu também um capítulo sobre o que hoje se chama "botânica econômica", passando em revista a

¹ "Revista Trimensal", 1888, pág. III seg.

maniva, o arroz, o milho, o feijão, o café, o cacáu. a cana, o tabaco, o algodão, o anil, o urucu, as hortaliças, as raízes comestíveis, as frutas mansas e silvestres e num apêndice, tendo por autor o farmacêutico Antônio Joseph de Araújo Braga, encontramos curiosos dados sobre a farmacopéia em voga naqueles tempos (pág. 134 - 166).

CAPÍTULO V

Outros fragmentos

Digno de leitura é também o capítulo XXVI, intitulado “Clima”, onde A. R. Ferreira dá uma resenha interessante dos fenômenos meteorológicos, ligando a ela uma judiciosa apreciação sobre a inconveniente arquitetura que os habitantes da Amazônia costumam observar. “Todo o ano, diz ele, se divide em duas estações, que são o verão e o inverno: este consiste em chuvas abundantíssimas, aquele em calores excessivos: em um só dia se experimentam ambas sem raridade. Geralmente as manhãs e as tardes depois do sol posto são frias como as noites e os orvalhos abundantíssimos; o resto do dia é ardente; donde se vê, que um semelhante país deve ser extremamente úmido, não só pelas chuvas de seis em seis meses contínuos em cada ano, mas também por ser todo ele cortado de infinitos rios, em cujas bocas e margens estão situadas as povoações. Os calores depois das nove horas da manhã até às quatro da tarde são insuportáveis, de maneira que se não pode sair fora de casa. Com esta alternativa de calor e de humidade se gera na atmosfera uma tal podridão, que os vestidos e os papéis fechados apodrecem, os metais se enferrujam, os couros se cobrem de bolor, esgretam e se arruinam, o vinho, por pouco tempo que o deixem exposto ao ar, se derranca e se avinagra; a pólvora, o sabão, o sal e todas as mais esponjas da humidade a atraem e se desfazem e tudo padece alteração. — Ordinariamente o calor mais sensível do que costuma ser anuncia as trovoadas; enquanto pendem as nuvens sem se desatarem em água, fica tão abafada a atmosfera, que mal se pode suportar no corpo a mesma camisa; então as primeiras pingas de água que caem são grossas; a terra entra a evaporar de si, um cheiro térreo e embebe, ou conserva mais ou menos tempo a água, segundo a sua qualidade e posição. De repente refresca a atmosfera, e as vezes tanto que é preciso cobrir a gente mais do que o ordinário; de sorte que nada é tão perigoso como esta súbita transição de um para outro estado. Porque com o excessivo calor que precede as trovoadas, estão rarefeitos os corpos e promovida neles uma copiosa transpiração; o vento úmido que as acompanha, encontrando-os mal cobertos, os constipa e ocasiona neles as constipações, as defluxões e as hemicranias etc. Bem poucos são os novilúnios que não são aquosos e, por conseguinte, defluxionários, particularmente quando vêm acompanhados de frios irregulares. — Mal se poderia viver pelos meses de verão, se não fossem os ventos gerais que reinam desde os fins de agosto até os de dezembro.”

E mais adiante A. R. Ferreira levanta veemente acusação contra os engenheiros e médicos da comissão de demarcação entre os domínios portugueses e espanhóis, porque não trataram de ensinar ao povo uma arquitetura mais higiênica e mais apropriada às circunstâncias na Amazônia. “Sendo a terra tão úmida, como é, vê-se bem quão pe-

queno é o cuidado que a estes povos merece a conservação da sua saúde, porque em vez de levantarem da terra os pavimentos dos edifícios e tratarem de dissipar deles a humidade que os persêgue, rasgando as paredes exteriores das casas um suficiente número de portas e janelas que as arejem e dando-lhes em justa proporção o pé direito que lhes compete, pelo contrário as fazem baixas e rente com a terra, ajudando a encarcerar mais o ar as chamadas gurupemas de um tecido de palha demasiadamente miudo, que servem de catavendo, não sei se diga que as vigias e frestas da casa, se as janelas que se praticam. Por outra parte não sei o que em semelhante artigo emendaram ou inovaram os engenheiros da demarcação passada, porque, tendo eles sido consultados para as fundações das nossas povoações e tendo como efeito dado algumas plantas para casas e edifícios, dever-se-ia esperar deles, não menos do que a aplicação e concórdia dos princípios da medicina política com os da arquitetura civil e militar. Porém, para qualquer parte que se lance a vista não se descobre um só indício que mostre que semelhantes arquitetos fizessem caso algum da física geral na prática das suas artes”.

O que A. R. Ferreira escreve acerca dos fenômenos magnéticos e meteorológicos observados naquelas regiões é muito pouco e deixa-se resumir em algumas linhas. Refere ele que em 1780 os astrônomos Joseph Simões de Carvalho e J. J. Viçtorio da Costa observaram em Barcelos a seguinte declinação da agulha magnética:

05
6, 6 NE, ao passo que o astrônomo F. J. de Lacerda Almeida, em 1781, tinha feito as seguintes anotações:

Barcellos 7° 19' (NE).

Lamalonga 8° 30'.

São Gabriel 13° 00'. — Comunica outrossim que de ordinário, em todo o ano, a temperatura às 6 horas da manhã é de 20°¹, às 9 horas da manhã 22° e às 12 horas da manhã 24°. “Nos dias de maiores trovoadas, antes dela sobe o mercúrio até 25°. Passada, ela torna ao seu estado comum em todo ano, segundo a hora a que se sobreveem. Porém ainda se não viu descer para baixo de 19° até 18,5°.” A. R. Ferreira refere então a alguns casos notáveis de veementes descargas elétricas, que ele pôde observar de perto (Monte Alegre, novembro 1784; São Gabriel, 17 de outubro de 1785; Barcelos, 24 de março de 1787), observou a luz zodiacal no dia 27 de junho de 1785, às 8 horas da noite (em Barcelos) e no dia 25 de junho de 1787 presenciou um meteoro na mesma localidade (“Revista Trimensal” 1888, pág. 75).

A respeito da tartaruga, que o autor chama de “vaca quotidiana das mesas portuguesas”, encontramos no mesmo capítulo os seguintes dados:

De 2.896 tartarugas que entraram no ano de 1785 para o curral da capitania, morreram 1.600, que se não aproveitaram. No de 1784 entraram 2.710 e morreram 1.217. No de 1783 entraram 2.892 e morreram 833. Em uma palavra, das 53.468 tartarugas que desde o ano de 1780 até o de 1785 entraram em ambos os currais de demarcação e da capitania, aproveitaram-se tão-somente 36.007 e morreram 17.461”. Para o sustento da tropa pagava-se então cada tartaruga grande ao preço de 160 réis e as pequenas a 100 réis.

¹ Naturalmente deve-se entender estas indicações como relativas ao termômetro de Réaumur, — o mais antigo.

CAPÍTULO VI

*O que eu penso acerca da moléstia de que sofreu
Alexandre Rodrigues Ferreira nos seus últimos anos de vida.*

Contam os biógrafos seus patrícios que A. R. Ferreira depois da sua volta do Brasil pôs-se com todo o zelo na elaboração do grande material coligido, mas que não tardou em ser atacado por moléstia singular, que uns não sabem qualificar de todo, que outros chamam de “profunda melancolia” —, mas que nem uns nem outros sabem definir e explicar. Um deles refere por exemplo que o nosso naturalista “declarava a sua opinião com franqueza tão desembaraçada e decisiva, que não deixaria por vezes de tomar parecenças de grosseira e áspera censura; como sucedeu quando um pessoa tão respeitável pela ordem da nobreza, e alto emprego, como pela enciclopédia de seus conhecimentos, falando-lhé na tentativa de climatizar o chá em nossas terras; secamente respondeu: “Não temos pão, e tratamos de chá!” Acham eles que o naturalista não tinha razão de se julgar infeliz e não compreendem absolutamente “como o seu dissabor ia sempre em crescimento”, apesar das repetidas graças do soberano. E se o seu panegírico conclui uma longa e assaz misteriosa meditação sobre aquele estado mórbido e suas causas, com o trecho: “Existe uma espécie de torpor, e insensibilidade para tudo o que é consolação; o fogo de uma mania taciturna e silenciosa e por isso mais aflitiva, vai lavrando, priva e embarga todo o alívio e só acha termo na consumação da vítima de que se apoderara”, quase soa isto como uma invectiva contra o caráter, uma suposição de ambição iludida e prova cabalmente que os seus contemporâneos e patrícios nunca descobriram a chave para a explicação da verdadeira causa dos sofrimentos e da morte de A. R. Ferreira.

Que a moléstia era de ordem psíquica, não há dúvida alguma, mas quanto as suas causas eficientes direi que não concordo absolutamente com a opinião dos seus biógrafos. Aquela opinião avilta a estatura moral do homem — ela acha-se em desacordo com a vida anterior do nosso protagonista, seu gênio e caráter como eles se revelam harmoniosamente por todos os seus escritos, e não hesito em chamá-la simplesmente de mesquinha, obesa e totalmente errônea. Para explicar-se os sofrimentos que azedaram os últimos 20 anos da existência de A. R. Ferreira, não é preciso recorrer-se a “uma desordem das faculdades intelectuais” Eles eram, pelo contrário, um acontecimento e uma consequência por assim dizer, matematicamente necessários na vida de um ente com uma psique perfeitamente equilibrada, e se houve alienação mental dela, o Portugal inteiro daquele tempo sofreu, de certo, incomparavelmente mais do que A. R. Ferreira.

Quando A. R. Ferreira voltou em 1793 já não encontrou o país em boas condições Os últimos anos do Reinado de D. Maria são uma prova que aquela doença que se tem

procurado transferir para a cabeça do nosso naturalista lastrava antes na própria corte. Que esta corte achava-se profundamente estragada, confessam os próprios historiadores portugueses, e tenho uma resenha daquele tempo diante de mim onde corajosamente se indica “a geral imoralidade” como feitiço predominante daquela sociedade. A podridão que cada vez mais lastrava dentro da própria casa não podia deixar de ser acompanhada por uma incrível fraqueza na política extrema: não tardou em apresentar-se para Portugal a necessidade imperiosa de comprar, mediante pesada contribuição anual de alguns milhões de cruzados, uma espécie de paz do diretório da primeira república francesa. Alexandre Rodrigues Ferreira pediu subsídios para a publicação da sua viagem filosófica, mas infrutuosamente. Se suas justas reclamações não foram atendidas, contribuíram para isto, ao que parece, não só o estado pouco lisongeiro das finanças portuguesas, mas ainda “não pequenos estorvos, que lhe procuraram esses gênios escuros, que fazendo mui pouco, não querem que os outros exercitem a sua aplicação”¹. Ignorância e malícia sempre foram irmãs gêmeas e assim vemos que a intriga meteu-se a campo, nas rodas da corte real, para cruzar os projetos e esperanças literárias de A. R. Ferreira. Decorreu um ano depois do outro, piorando cada vez mais a situação de Portugal e diminuindo também proporcionalmente toda e qualquer probabilidade de animação para as letras, as ciências e as artes. Veio o fim do século, principiou o novo, apresentando-se em Lisboa com um aspecto pouco diferente do que apreendemos na história antiga acerca da corte de Sardanapalo. Bonaparte, não satisfeito com a dura contribuição que Portugal continuava a pagar, mandava um dos seus mais afamados “sobreiros” — o marechal de Lannes para lá, com a missão evidente de humilhar a Lusitânia e a sua casa reinante. É sabido como este brutal soldado forçava audiências a seu bel prazer, apresentando-se no paço com a pergunta estereotípica: “*Est-ce que Monsieur du Brésil est à la maison?*” É igualmente histórico como D. João VI, então príncipe regente, abaixava-se ao papel de bola de jogo entre a política inglesa e francesa, caindo de ambigüidade em ambigüidade, ouvindo com um ouvido as insuflações oriundas da corte de St. James e com outro ouvindo as inspirações, sempre ameaçadoras, que lhe eram administradas de Paris, chegando a praticar, na ocasião do bloqueio continental ditado por Napoleão, aquela incrível fraqueza de pedir à Inglaterra que lhe fizesse uma guerra só “para inglês ver”, para que o implacável ditador não desconfiasse.

Imagine-se como A. R. Ferreira, patriota como ele era, não devia se indignar de tantas desgraças que desabaram sobre o pobre Portugal, devidas — creio que não haverá outra explicação — certamente na sua maior parte à tibieza do seu soberano e à inépcia dos seus conselheiros. É fácil de compreender também, que o nosso viajante achava-se numa posição esquerda e que não podia ser bem visto do partido francês, — ele que tão violentamente tinha atacado as pretensões francesas relativamente à extensão dos domínios portugueses e franceses na América do Sul, ele que tinha escrito que era preferível abandonar-se o Portugal inteiro, do que ceder um palmo de terra na Guiana Brasileira.

Durante o período de 1801 até 1807, seis longos anos, A. R. Ferreira estava assim paralisado em ativar a publicação das suas obras e, se depois de muito pedir e com muito custo, se lhe cedeu um gravador, sobreveio do outro lado logo também a fuga de D. João VI para o Brasil, como consequência necessária da sua ambígua política. Perto de

¹ Costa e Sá, pág. 75.

15.000 homens acompanharam o rei e sua corte naquela precipitada retirada (27 de novembro de 1807) na véspera da segunda invasão francesa e estando o terrível Junot já em Abrantes, quase em frente de Lisboa, a 22 léguas só de distância. A corte levou consigo uns 80 milhões de cruzados, ficando no erário de Portugal só 10.000 cruzados, além de não poucas dívidas.

Apresenta-se-nos a pergunta, por que A. R. Ferreira não fez como o rei, e toda a fidalguia, — ele que era brasileiro nato — embarcando também naquele memorável momento? Que ia fazer o Administrador do Real Museu e das Reais Quintas de Lisboa na capital abandonada pelo Governo e tudo que lhe estava ligado, e entregue às baionetas francesas?

A circunstância, que existe um decreto, datado de 24 de junho de 1807, fazendo a A. R. Ferreira a graça da concessão de um ofício na alfândega do Maranhão, quase poderia parecer como uma tentativa neste sentido, como o resultado de um seu pedido. Duvido porém fortemente que tal interpretação corresponda à verdade. Considero a mencionada nomeação antes como uma espécie de pagamento a conta, para não dizer cruamente “um osso”, com que a corte portuguesa pretendia afastar os insistentes empenhos de Ferreira em obter a publicação de suas obras e os recursos necessários inerentes à semelhante empresa. Desconfio bastante que queria se lhe fazer uma graça, não querendo atender ao seu pedido e simulando não entender. Tal procedimento não seria único no seu gênero, e ninguém me dirá que semelhante procedimento não era perfeitamente compatível com a pouca altura moral observada pela diplomacia portuguesa daquele tempo. Para alguém poder-se indignar da minha suposição, seria preciso apagar primeiramente a história toda de Portugal relativa ao fim do século passado e do princípio do atual.

Fato é que D. João VI fugiu com sua família, com a sua corte, seus conselheiros e tudo mais que de “real” havia, aconselhando seus súditos em manifesto que deixou a receber bem e como amigos os franceses, que não tardavam a realizar a sua entrada em Lisboa, precedidos pelo general Junot, e a inundar o país inteiro qual turma de gafanhotos. Da “liberté, fraternité e legalité” com que os soldados franceses tinham de felicitar a Europa, todo o mundo sabe que não era lição gratuita. Eu mesmo ouvi muitas vezes contar a minha avó, como as tropas do general Massena, quando apertadas pelas hordas russas debaixo do comando de Suwaroff, se comportaram na Suíça e a história registrou bastantes casos, onde os generais franceses esvasiaram as caixas dos governos e particulares, pilharam museus e bibliotecas, conventos e igrejas, arsenais, levando para Paris o que de notável havia em toda a parte. Embora o Sr. Thiers procure ridicularizar os países roubados, querendo fazer crer que se lhe fazia um benefício, aliviando-os dos seus bolsos, a ladroeira ficará para sempre!

Refletindo sobre as razões que induziram A. R. Ferreira a permanecer em Portugal à testa das repartições que lhe eram confiadas, como um timoneiro que não quer abandonar a sua embarcação em risco, não podemos achar outras, senão o amor pelas importantes coleções por ele recolhidas no Brasil e a resolução de não desamparar os resultados da época mais brilhante da sua vida. Salvá-las e abrigá-las depressa, em lugar seguro, certamente ele não o podia; publicado nada estava ainda, e assim ele esperou com resignação a tempestade mais tremenda que ia desencadear se sobre o já tão vitimado Portugal.

Junot não descuidou da pilhagem acostumada e acima aludida. Lisboa tinha de entregar o que de notável ainda havia e o que sua Majestade Fidelíssima tinha esquecido de incluir na sua bagagem. Os historiadores portugueses citam muita coisa a este respeito ¹, mas não puderam achar dados especiais sobre a extensão e a gravidade, do que sofreram o Museu e os Estabelecimentos científicos durante aqueles dias aflitivos. Prova-do porém está que muitos objetos de maior e menor valor fizeram, naqueles anos, sua aparição em Paris e que estes objetos, que iam ornar os Museus da capital francesa, eram penas alheias arrancadas à força aos povos subjugados. Sílvio Romero ² refere que as estampas de Veloso sobre a “Flora fluminense” foram roubadas de Lisboa e aproveitadas indignamente por St. Hilaire e De Candolle, e se o mesmo autor comunica que foi o próprio Geoffroy St. Hilaire, quem no dia 29 de agosto de 1808, em pessoa se apresentou em Lisboa com a respectiva ordem do Duque de Abrantes, levando tudo consigo na mesma sege em que veio — compreende-se, que a França não tinha enviado o menos apto para executar semelhante seqüestro científico. Geoffroy St. Hilaire certamente não levou muito tempo para refletir quais as penas que convinha arrancar ao pobre Portugal e o discernimento daqueles objetos que valia a pena retirar do Museu etc., nós sabemos que ele o possuía. É fora de dúvida que o modesto naturalista do povo subjugado tinha uma posição excessivamente crítica no inevitável encontro pessoal com o petulante naturalista do povo vencedor e o companheiro de Bonaparte para o Egito! Se A. R. Ferreira tivesse então conseguido conservar intactas e invioladas as suas grandes coleções e o vasto material literário relativamente à expedição na Amazônia, teria sido simplesmente um milagre. Há, porém, indícios bastante significativos que as primeiras, pelo menos não escaparam às garras de Junot; consta, por exemplo que o exemplar do lobo brasileiro (*Chrysocyon jubatus*), descrito por Desmarest em 1820 como novidade (ao passo que já se achava figurado no atlas de A. R. Ferreira, mais de 30 anos antes), tinha vindo do Museu de Lisboa naquele tempo, junto com muitos outros curiosos objetos. E não teriam levado talvez aquelas estampas de A. R. Ferreira, das quais acima falamos, idêntico fim com o das estampas de Veloso?

E agora digam-me se não havia motivo para A. R. Ferreira cair em “acerba melancolia”? A intensidade dos seus sofrimentos será perfeitamente compreensível e apreciável para quem tem a mínima experiência literária. Era para mais, e se ele tivesse ficado louco deveras, não seria muito para estranhar. Ele viu a sua pátria dilacerada e ensanguentada por uma guerra sem fim, o país governado por uma corte fraca, inepta e ignorante, viu chegar uma velhice triste, sem perspectiva de realização dos seus ideais e projetos, como fim odiado de uma existência totalmente “manquée”, e quem sabe se aquele espírito profético, que às vezes é notado nos moribundos, de uma organização psíquica mais delicada, não o fazia pressentir, prever a gloriosa plêiade de naturalista bem preparados, que ia já se metendo em caminho para explorar minuciosamente a fauna e flora daquelas regiões, onde ele tinha vagado durante 9 anos? Já o ilustre Alexandre von Humboldt tinha (1799 - 1804) realizado a sua expedição por todos os tempos notáveis para a América Equanocial e Ferreira deve ter ouvido disto. E do outro lado, também já o príncipe Maximilian zu Wied, Spix, Martius e Natterer achavam-se, por assim dizer, com as suas malas prontas para o Brasil, encetando lá grandiosa concorrência científica.

1 “História de Portugal nos séculos XVIII e XIX”, Vol II, pág. 236.

2 A História do Brasil, ensinada pela biografia de seus heróis; pág. 65.

A R. Ferreira morreu na idade de 59 anos, não alcançando mais com vida o restabelecimento completo da ordem e os benefícios da paz em Portugal, — a terra pela qual ele se sacrificou literalmente como mártir da ciência.

CAPITULO VII

Apreciação de Alexandre Rodrigues Ferreira como escritor, geógrafo, etnógrafo, naturalista e economista.

Quem se ocupar com o estudo dos numerosos manuscritos de A. R. Ferreira, não pode deixar de admirar a paciência depositada na redação e coordenação de tanto material, e sobretudo a minuciosidade com que ele trata todo e qualquer assunto administrativo, por mais insignificante e secundário que ele fosse. Nos capítulos anteriores, já eu tive ensejo de alegar a esta particularidade, que chega a atingir às vezes um grau incrível. Há páginas e partes inteiras onde a verbosidade cança e onde as paráfrases e minúcias se acumulam de modo incomodativo. Seremos, porém, justos em reconhecer que isto era a moda daquele tempo e que raros são os escritores de então que tratavam de dar ao seu estilo uma forma concisa, condensada, como é felizmente a tendência literária atual, mormente no terreno das ciências. Ele não fez bastante em facilitar a sinopse sobre matérias tão heterogêneas, mas, deste defeito, digno de severa censura, ainda hoje se ressentem a maioria dos livros publicados em Portugal e no Brasil: obra, em língua portuguesa, com bons índices e registro capaz, constitui até esta hora - "raras avis".

Como informador oficial, como funcionário público, A.R. Ferreira era inexcusável. O lado da economia social está sempre posto no primeiro plano; evidentemente ele considerou-o como o assunto mais importante na sua missão. A ele, Ferreira dispensou um cuidado extraordinário; ele o fez gastar o tempo precioso na redação e cópia de ofícios, relatórios, participações etc. Não fiz o cálculo, mas estou certo de que adicionando-se o total de páginas escritas por ele sobre estas matérias, primeiro no Pará, depois em Barcelos, no Forte de S. Joaquim do Rio Branco e dividindo-as pelo número dos dias passados nestas localidades, daria uma quota diária de trabalho puramente material de escrituração assaz considerável - quota pela qual se poderia aritmeticamente provar, que não sobrava mais que uma mesquinha parcela de tempo para aprofundar os estudos da natureza e para fazer pesquisas originais. Também tenho a convicção de que o qualificativo de "filosófica", que tinha oficialmente esta expedição, deve ser entendido principalmente como sinônimo de "economia social", interpretação que se depreende não só do espírito da obra inteira, como especialmente dos numerosos trechos de A. R. Ferreira, que distintamente o dão a entender. Ferreira sacrificou-se literalmente por aquilo que ele julgava ser seu principal e supremo mandato, e inegável é que são dignos da admiração o zelo e a aplicação desinteressada com que ele consumou resignadamente debaixo do sol equatorial e em condições locais evidentemente não muito próprias,

agarrado à escrivaninha, a dezena melhor da sua vida, — escravo de uma tarefa árida, material e ingrata¹

Era corajoso viajante e explorador, aguentando com serenidade de ânimo e com invejável estoicismo todos os infortúnios e as amarguras que costumam apresentar-se nestas empresas. Aturou a inconstância dos remeiros, enfrentou os múltiplos perigos inerentes à navegação em rios encaichoeirados, sol, chuva, tempestades e doenças. Dedicou-se com corpo e alma à geografia das regiões tão interessantes que ele visitou, fazendo criterioso discernimento entre aquilo que ele viu com os seus próprios olhos, daquilo que ele obteve informações. É para lastimar, porém, que não existam, que eu saiba, mapas topográficos por ele levantados; não sei se ele deixou de fazê-los, ou se se perderam, mas é incontestável que esta lacuna reduz sensivelmente o valor dos “Diários”.

Quanto à etnografia não poderei fazer os mesmos encômios. Não que A. R. Ferreira tivesse deixado de ocupar-se dele, pelo contrário. Mas a leitura daquilo que ele escreveu sobre este ramo de ciências sempre me deixa a impressão de que ele não aprofundou os seus estudos sobre os indígenas tanto como a atualidade desejaria. Em apoio do que aqui deixo dito, menciono que nem o lado linguístico, nem o terreno tão interessante dos costumes íntimos, mereceram nas diversas memórias do autor a extensão necessária, segundo as nossas vistas modernas. Não vejo um vocabulário, nem em parte alguma qualquer tentativa de um agrupamento dos aborígenes, de filiação, baseada em semelhanças e diferenças linguísticas e étnicas. Fica problemático para mim se ele pretendia reservar-se para mais tarde externar a sua opinião a este respeito em obra que não chegou a ser escrita, ou se ele simplesmente desconheceu as regras fundamentais e leis que regem a ciência etnográfica e, por conseguinte, deixou de prestar a estas coisas a devida atenção. Não direi que as memórias de A. R. Ferreira sobre as diversas tribos de índios encontrados por ele na Amazônia sejam destituídas de valor; digo, porém, que elas não têm a importância que poderiam ter.

Resta-nos, finalmente, encarar A. R. Ferreira como naturalista. Sempre reconhecemos o zelo, a dedicação e a admirável boa vontade, que o nosso protagonista também desenvolveu neste campo de trabalho. De assíduo colecionador ele deu manifestas provas e se ele comunica, no dia 31 de outubro de 1787, que até aquela data já tinha remediado 203 volumes com produtos naturais constando de tantos caixões, de tantas frascas e barris, e, além disto, 629 riscos de plantas e animais, é certamente este detalhe apropriado para dar uma idéia da atividade desenvolvida por ele e seus companheiros. E apesar de tudo isto, o que A. R. Ferreira deixou de manuscritos seus sobre Zoologia e Botânica é de pequeno calado científico. Nota-se a mesma coisa como nas memórias etnográficas: não há um eixo fixo, sólido, ao redor do qual se agrupem e se coordenem naturalmente as idéias. Nunca aprofunda qualquer questão de anatomia, de embriolo-

1 Não quero passar em silêncio uma circunstância assaz característica. A. R. Ferreira era um homem bondoso, consciencioso, cristão e amigo da Igreja — coisas que não impediam ser ele ao mesmo tempo um enérgico propagandista da escravidão. Sempre ele chama a atenção do Governo sobre a necessidade de desenvolver-se mais o tráfico de escravos pretos da África para a Amazônia e secundava o conselho do Governador J. P. Caldas, “que a introdução anual da escravatura nesta cidade não deve por ora nunca ser menos de 1.500 cabeças, para que, determinando-se 500 ou 600 para a capitania de Mato Grosso, possam nesta ficar as mais e abastarem-se assim de operários estes moradores”. (Diário, Cap. XXI. População. “Revista Trimestral” 1888, pág. 39).

gia, de sistemática ou de distribuição geográfica. Não pode passar por especialista nem em Zoologia, nem em Botânica, nem em Mineralogia ou Geologia. Faltava-lhe, certamente, a educação profissional para isto, e se ainda hoje ninguém na Europa, que quer instruir-se em ciências naturais, cai na idéia de ir estudar em Portugal, fácil é de compreender-se que A. R. Ferreira em Coimbra não podia munir-se de uma preparação suficiente nas mesmas ciências para uma empresa tão complicada¹. É óbvio que ele devia ardentemente desejar preencher esta lacuna fatal com próprios estudos e que ele tinha de sofrer necessariamente com a falta de boa literatura para instruir-se. Resulta isto do seguinte tópico, que encontramos na Participação geral do Negro, datada do dia 28 de outubro de 1787 e dirigida ao Sr. João Pereira Caldas: “Não que eu me proponha especificar tudo o que haveria a escrever, se fôssemos muitos a trabalhar, porque para semelhante tarefa não só não bastam as forças de um único Naturalista...: Mas antes falta uma competente Biblioteca, para em vista dela se retificarem as observações; Falta o sossego de espírito, que tão precioso é a quem tem de ordenar e compor entre si uma multidão de idéias: E falta finalmente o tempo para escrever, sendo tudo pouco, para observar.”

Faz oito anos agora que eu orientei os zoologistas sobre o atlas relativo à viagem filosófica, numa publicação redigida em língua alemã². Cito aqui, em tradução, o que eu disse em 1886 acerca das estampas que constituem a parte que diz respeito à fauna amazônica: “Uma crítica desta coleção de ilustrações de produtos da natureza brasileira põe-nos em embaraço. A execução delas demonstra um zelo sem fim e a melhor vontade; algumas delas são peças artísticas (como por exemplo o lado inferior de certa espécie de Emys, (parte dos Réptis) debaixo do ponto de vista da escolha de cores e finuras dos traços. Conforme a maneira antiga, o autor dedicou à execução do fundo um cuidado que não se encontra mais hoje em dia; a “staffage” da paisagem é, em alguns casos, de perfeita beleza. Logo porém que se passa a examinar mais de perto os animais, que Ferreira quis representar, o nosso julgamento torna-se menos favorável.

É frisante antes de tudo a falta total de proporção e perspectiva na maioria das estampas de Ferreira. Entre comprimento do corpo e extremidades existem às vezes clamantes desproporções. Os macacos representados, por exemplo, têm, por via de regra os braços com grossura exagerada. Nota-se em muitos lugares a falta da verdadeira fidelidade e precisão científica. A ausência de um poder intuitivo bem desenvolvido documenta-se também nas posições que ora são infelizes, ora de todo erradas. Todas as vezes que eu abro uma destas estampas de Ferreira, lastimo que no meio de uma paisagem tão atraente o objeto principal, o animal que vai na frente, saiu tão desastrosamente. Estas contradições no tratamento das coisas principais e secundárias formam um dos traços principais de característica desta obra rara, que quase desconhecida tem ficado até agora na literatura, ao passo que teria merecido mais consideração, atento a

1 A afirmação de que a Corte Real de Lisboa nunca favoreceu viagens da mocidade portuguesa para outros países europeus com o fim de alargar as suas vistas e o seu horizonte em escolas estrangeiras, — que ao contrário semelhantes projetos foram alvos de manifestas provas de desagradado — esta afirmação vejo-a formulada de modo bastante positivo numa história portuguesa que tenho diante de mim. Medo de revoluções? Receio, de progresso? — Oh Portugal! Tu pareces com a avestruz que, segundo o mito popular, vai esconder a cabeça na areia em frente do perigo iminente!

2 Confer “Zoologische Jahrbücher” (Iena, Alemanha) Vol II, 1886 pág. 175 - 182.

sua extensão e seu conteúdo variado, e como obra que imediatamente segue, na ordem cronológica, a “História natural de Markgreve e Piso.”

Os volumes, que contêm a parte Botânica da “Viagem filosófica”, nunca os vi; o catálogo dos códices existentes no Brasil, publicado pela Biblioteca do Rio de Janeiro, indica que eles se achavam em poder do Museu Nacional, mas eu lá em vão os procurei. Não me consta de um herbário em regra que A. R. Ferreira tivesse feito naquela expedição. Numa nota do “Diário” relativa ao Rio Negro acha-se a seguinte observação introdutória para a lista dos animais amazônicos que são objeto de caça... “Donde se vê que nem aqui se trata de especificar a todos (animais) quantos há, nem de os descrever segundo a arte, porque uma e outra coisa se fará a seu tempo, quando dever aparecer a Zoologia Paraense”. Ficando assim sabendo que A. R. Ferreira andava com o projeto de uma obra científica, a qual ele pretendia dar o título de “Zoologia Paraense” — circunstância que nos deve altamente interessar e que mais uma vez nos faz maldizer da conjunção desgraçada que fez abortar todas as empresas literárias do incansável homem.

CAPÍTULO VIII

Observações finais

São notáveis pelo acerto do julgamento, como úteis para o fim que visamos neste capítulo final, as seguintes palavras escritas por Sílvio Romero na sua bem feita e pequena “História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis” (1890)¹: “Ferreira é, pela incúria do governo a que serviu, um grande exemplo do trabalho nulificado. Causa realmente pena a quem folheia os seus manuscritos, ver tanto esforço, tanta fadiga desperdiçados, esterilizados... Ao serviço de um governo em grande parte inepto e mesquinho, acumulou uma enorme rima de manuscritos que lá ficaram pelos arquivos para pasto das traças, e os fatos novos, as descobertas importantes ali reunidos permaneceram como não existentes e tiveram de ser reproduzidos de novo pela plêiade de viajantes estrangeiros que nos últimos oitenta anos tem percorrido as regiões amazônicas. Ferreira foi um homem ignorado do seu tempo; seus escritos não foram lidos. Fora do limitadíssimo círculo oficial de Lisboa, ninguém sabia deles. — Não se lhe pode, portanto, fazer uma completa reabilitação histórica. Foi uma vítima do seu meio e hoje é apenas uma curiosidade bibliográfica. Vai nisto imensa injustiça; mas a história não vive só de justiça, gosta muito também da felicidade, da força, da vitória. Aquilo que não entra na circulação geral da espécie de organismo, que é a sociedade, como elemento vivo, é esquecido, é eliminado. O sábio brasileiro não pode ver seus livros publicados fazerem curso da Europa e pelo menos servirem de informação sobre a flora, a fauna e a etnologia amazônica, tanto pior para ele; mas, antes e acima de tudo, tanto pior para nós. A história consignará ao menos que ele trabalhou e não soubemos utilizar este trabalho... O mérito capital de Alexandre Ferreira é sua imensa atividade, seu jeito para acumular notas e observações. Seu maior defeito é a falta de uma vista de conjunto, a falta de uma doutrina geral... Suas doutrinas sobre Botânica, Zoologia e Etnografia eram um reflexo imediato do estado destes estudos oitenta anos antes de nós. No que diz respeito, porém, às notícias locais dos pontos do país que visitou, e (em menor escala, sobre costumes dos selvagens amazônicos), o sábio baiano não foi ainda ultrapassado... Devemos publicar-lhe as obras como um exemplo, uma amostra do nosso vigor científico em fins do século passado, mesmo tendo a certeza de que suas idéias são hoje antiquadas.”

O trabalho que aí vai tem um duplo fim. Ele é de um lado o primeiro de uma série de ensaios, que eu tenciono escrever e reunir mais tarde, em forma de livro e sob o título “Naturalistas ilustres que visitaram a Amazônia”.

1 Rio de Janeiro (*Livraria Clássica, Alves & Cia*), pág. 61 - 63.

Do outro lado, queria eu despertar a atenção dos dois Estados do Pará e do Amazonas, sobre A. R. Ferreira e seus numerosos manuscritos. O Brasil, ainda sendo Império, obteve de Portugal a restituição dos códices com a condição de publicação.

O compromisso até agora só está parcialmente preenchido. Quer me parecer que hoje a Amazônia é o legítimo herdeiro dele, e tomando sobre si o assunto, honraria não somente a si mesma, como prestaria uma homenagem póstuma a um vulto, que incontestavelmente a merece como o primeiro naturalista que no século passado, aí se deteve durante 9 anos, que seriamente trabalhou e finalmente desgostoso morreu, sem ter alcançado a realização do seu maior desejo — a publicação dos seus resultados.

Julgo que seria um passo acertado encarregar oficialmente a Biblioteca Pública do Pará de ativar a publicação sucessiva das obras manuscritas de A. R. Ferreira, que ainda hoje são de interesse para esta região (e como tais designo principalmente todas aquelas memórias que citei no Capítulo II), dividindo o Pará e o Amazonas entre si fraternalmente despesas e vantagens daí resultantes.

NOTAS

O Dr. Taubert, do Real Museu Botânico em Belim, teve a gentileza de chamar a minha atenção (sabendo que eu tratava de um esboço biográfico de A. R. Ferreira) sobre a circunstância que existe um gênero de plantas com o nome *Ferreirea*, introduzido na "sciência amabilis" pelo exímio botânico brasileiro Freire Alemão. Parece que a isto se limita todo e qualquer tributo de homenagem prestado à memória do infeliz naturalista luso-brasileiro.

Posteriormente descobrimos um documento que de algum modo nos orienta sobre as dimensões da colheita feita em Lisboa pelo zoólogo francês. É o "Catalogue methodique de la collection des mammifères du Muséum d'Histoire Naturelle de Paris. 1^a partie: *Introduction et catalogue des primates par Isidore Geoffroy St. Hilaire*" (Paris 1851). De fato, nada mais esquisito do que ver como o filho (Isidore) acha graça na pilhagem praticada pelo pai (Etienne). Na pág. IV da introdução achamos, por exemplo, as seguintes expressões significativas: "*Il en est toutefois qui, inscrits presque à chacune de nos pages, ont des droits particuliers à notre reconnaissance et que je ne saurais renoncer à signaler dès ce moment à nos lecteurs. Tels sont... pour l'Amérique enfim, dont M. Geoffroy St. Hilaire, par son voyage en Portugal, avait procuré avant tous aux Muséum les riches productions...*" e em baixo da mesma página encontramos como nota a este trecho as palavras: "*La collection que M. Geoffroy St. Hilaire a formée en 1808, en Portugal, enfermait, avec un très grand nombre d'espèces bresiliennes, des espèces de l'Inde, de l'archipel indien et la Guinée*". Tais baratíssimas flores de retórica nos deram logo vontade de indagar um pouco mais de perto o que de bom havia em Paris em matéria de macacos vindos do Brasil naquele ano de 1808. O filho é bastante ingênuo de nos ajudar nesta tarefa, dando-nos a lista na mão.

São as espécies:

- 1) *Saimiris ustus*. – *Type de l'espèce*. Du voyage de M. Geoffroy St. Hilaire en Portugal 1808 (male). – (Geoffroy St. Hilaire, Tableaux des Quadrumanes 1812) (pág. 38).
- 2) *Callithrix amictus*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M. Geoffroy St. Hilaire en Portugal 1808). (Geoff. S. H., Tableaux des Quadrumanes 1812) (pág. 40).
- 3) *Cebus cirrifer*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M. G. S. Hil. etc.) (Geoffroy St. Hilaire, loc. cit. 1812) (pág. 44).
- 4) *Cebus barbatuș*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M.G.S.H. etc.) – type du *Cebus Albus*, tout blanc – (Geoffroy St. Hilaire, 1812) (pág. 45).
- 5) *Cebus flavus*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M.G.S.H. etc.) (Geoffroy St. Hilaire 1812). (pág. 45).
- 6) *Areles marginatus*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M.G.S.H. etc.) (Geoffroy St. Hilaire Annales du Musée tomo XIII, pág. 270; 1806). (pág. 49).
- 7) *Lagothrix canus*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M. G. S. H. etc.) (Geoffroy St. Hilaire, Tableaux des Quadrumanes, 1812) (pág. 50).
- 8) *Eriodes arachnoides*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M. G. St. H. etc.) (Geoffroy St. Hilaire, Annal. du Mus. Tomo. XIII, pág. 270; 1806). (pág. 51).
- 9) *Mycetes ursinus*. – (Deux individus du voyage de M. G. S. H. etc.) (Geoffroy descreveu em 1812 (Tabl. Quad.) com o nome de *Stentor ursinus* este macaco, do qual ele tinha levado de Lisboa, em 1808, um macho velho e um de sexo descohecido). (pág. 52 seg.).

- 10) *Mycetes niger*. – *Type du Stentor niger*. (Du voyage de M. A. S. H. etc.) (Geoffroy St. Hilaire loc. cit. 1811) (pág. 53). (um casal levado de Portugal).
- 11) *Pithecia monachus*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M. G. S. H. etc.) (Geoffroy St. Hilaire loc. cit. 1812) ("espèce long-temps très-rare", pág. 55). (macho novo).
- 12) *Pithecia satanas*. – (Du voyage de M. G. S. H. etc) (macho). (Descrito por Hoffmannsegg 1807, pela primeira vez em certa publicação em Berlim).
- 13) *Hapale Jacchus*. – Du voyage de M. G. S. H. etc. (Já descrito por Linneo et Buffon) (fêmea, de Lisboa).
- 14) *Hapale aurita*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M.G.S.H. etc) (Geoffroy St. Hilaire, loc. cit. 1812) (sexo desconhecido).
- 15) *Hapale humeralifer*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M. G. S. H. etc.) (Geoffroy St. Hilaire, loc. cit. 1812) (sexo desconhecido) (pág. 60).
- 17) *Hapale melanura*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M. G. S. H. etc. (Geoffroy St. Hilaire, loc. cit. 1812) (macho) (pág. 60).
- 18) *Midas rosalia*. – (Du voyage de M. G. S. H. etc.) (macho) (pág. 62). Espécie já descrita por Buffon.
- 19) *Midas labiatus*. – *Type de l'espèce*. (Du voyage de M. G. S. H. etc.) (Geoffroy St. Hilaire, loc. cit. 1812) (pág. 63) (sexo desconhecido).

Só até aqui. Já se vê que são 19 espécies de macacos brasileiros que Mons. Etienne Geoffroy St. Hilaire seqüestrou em 1808 no Real Museu de Lisboa, das quais o próprio filho confessa que a maioria serviu como "*type de l'espèce*" a seu pai. *Quem achou estes tipos?* Os franceses não de sustentar que foi Etienne G. St. Hilaire – *nós sustentamos que foi Alexandre Rodrigues Ferreira, o verdadeiro descobridor de nada menos de 15 espécies novas.* (O célebre colecionador austríaco Johannes von Nattercer só aumentou 4 espécies novas durante a sua peregrinação de 18 anos no Brasil!).

De outros mamíferos brasileiros, dos quais a prioridade da descoberta pertence a A.R. Ferreira, conheço ainda o *Dactylomys typus* (Roedor) e o *Canis* (*Chrysocyon*) *jubatus* (Carniceiro). Há outrossim a *Inia Geoffroyi* Castelnau, um boto do alto Amazonas, descrito, segundo um antigo espécimen trazido de Lisboa para Paris, na mesma ocasião. Destes eu sei; para quantos outros ficara para sempre na escuridão esta circunstância?

O documento acima é incontestavelmente esmagador para a vaidade francesa. Revela, embora tarde, uma das maiores injustiças que jamais se praticaram. Nem uma sílaba têm o pai e o filho daquela dinastia de zoólogos franceses para confessar a quem a ciência deve no fundo o descobrimento de tantos Símios brasileiros, dos quais eles não cansam em salientar a importância, depois que entraram sãos e salvos para os armários do Museu Parisiense. Não posso deixar de externar a minha qualificação de semelhante procedimento para com o pobre Alexandre Rodrigues Ferreira – acho-o simplesmente *imperdoável*.

POST-SCRIPTUM

O presente trabalho já tinha sido escrito havia perto de um ano e esperava na gaveta a ocasião para poder entrar no prelo, quando chegou-me às mãos mais um documento, de cuja existência eu sabia, não conhecendo porém a sua importância quanto à elucidação do seqüestro científico feito em Portugal durante a invasão francesa. O Sr. Prof. J. V. Barbosa du Bocage, lente de zoologia na Escola Politécnica de Lisboa, acedeu ao meu pedido, mandando-me as suas "Instruções práticas sobre o modo de coligir, preparar e remeter produtos zoológicos para o Museu de Lisboa" (Lisboa, Imprensa Nacional 1862), valioso livrinho, que fornece algumas informações de alto interesse acerca de Alexandre Rodrigues Ferreira. Tomo a liberdade de respigar os trechos mais importantes. Relativamente ao seqüestro, achamos os seguintes dados: "Os objetos apartados por Geoffroy St. Hilaire, no gabinete da Ajuda, e mandados para Paris pelo General Junot em 1808, compreendiam várias coleções zoológicas e mineralógicas, muitos herbários e alguns manuscritos.

I) Coleções zoológicas:

76 exemplares de mamíferos
 387 exemplares de aves
 32 exemplares de réptis
 100 exemplares de peixes
 508 exemplares de insetos
 12 exemplares de crustáceos
 468 exemplares de conchas
 ao todo 1.583 exemplares.

II) Coleções mineralógicas e geológicas:

59 minerais e 10 fósseis.

III) Coleções botânicas:

10 Herbários, entre eles:

- a) 1 Herbário feito no Brasil por A. R. Ferreira, e contendo 1.114 plantas.
- b) 1 Herbário feito no Brasil por J. J. Veloso, contendo 129 plantas.
- c) 1 Herbário feito no Brasil por F. J. M. Veloso, contendo 117 plantas.

IV) Manuscritos:

- a) Flora fluminensis. Curante J. M. Veloso (II Vol. in-fol.).
- b) Profectura fluminensis. *Descriptiones plantarum sponte nascentium*. Curante J. M. Veloso (2 vol. in-folio).
- c) Specimen Florae Americae meridionalis (4 vol. in-fol.) (autor ?).
- d) Plantas do Pará. (I vol in-fol.) (autor ?)
- e) Lepidopteri profecturae fluminensis. (I vol. in-quarto) (autor ?)

De tudo isto foram restituídos, em 1814, apenas os mencionados manuscritos.

Aprendemos, pelo mesmo livrinho, que em Portugal tiveram a feliz idéia de não esquecer aquele episódio e que o próprio Prof. Barbosa du Bocage foi em 1859 para Paris "para haver do Jardim das Plantas uns donativos de objetos zoológicos, em compensação dos que haviam sido levados do gabinete da Ajuda". Houve-se tão habilmente que de fato conseguiu obter em Paris, não os objetos antigos de 1808, mas outros, a saber: 24 espécies de mamíferos, 92 espécies de aves, 137 espécies de réptis e 47 espécies de peixes, além de uma coleção entomológica oferecida pelo Prof. Milne Edwards, importando em 1.120 espécies.

Barbosa du Bocage contesta, com razão, a afirmação de Mons. Isidore Geoffroy St. Hilaire, feita na História da vida e trabalhos de seu pai, que os objetos levados do gabinete da Ajuda haviam sido obtidos por *troca voluntária*, dá, porém, por outro lado, prova de elevado cavalheirismo, escrevendo (pág. 4): "Inteligente, instruído, animado de um zelo ardente pela Zoologia, Geoffroy St. Hilaire utilizou em benefício da ciência, descrevendo os exemplares que jaziam ignorados dentro dos armários do Museu da Ajuda, e que estavam talvez fadados, se ali permanecessem, a desaparecer, como tantos outros, presa da traça. É esta a única consideração que pode atenuar aos olhos de um naturalista a fealdade de um semelhante procedimento" e numa nota na página seguinte: "Respeitamos o sentimento que lhe inspirou a defesa de seu pai, desejaríamos de veras poder absolvê-lo de toda a participação na violenta expoliação que se nos fez; porém, a verdade não nos consente uma semelhante condescendência. Hoje, que o Museu de Paris nos indenizou já por minha intervenção, do que adquirira a nossa custa e contra a nossa vontade, as contas devem dar-se por saldadas e esquecidas a ofensa." Contra esta honrosa proposta não há que dizer. Nós são sabíamos, senão agora, do final ajuste amigável entre os Museus de Lisboa e de Paris e estamos prontos a respeitar o "requiescat" do ilustrado Prof. Barbosa du Bocage, do homem mais proeminente que o Portugal atual possui no terreno da ciência zoológica.

A respeito de Alexandre R. Ferreira, encontramos no livro do Prof. Barbosa du Bocage o seguinte e interessante trecho: "A tradição, porém, refere que o Dr. Alexandre encontrara, ao regres-

sar ao reino, os exemplares que coligira à custa de tantas fadigas e remetera com o maior desvelo para o gabinete da Ajuda, deteriorados na maior parte e confundidos todos, perdidos ou trocados os números e etiquetas que traziam. Acrescenta ainda a tradição que não fora isto efeito do acaso ou do desleixo, mas obra premeditada da mais ruim maldade, planeada e levada à execução por um empregado da Ajuda, a quem o ciúme dos talentos do nosso grande naturalista, e porventura a esperança de o desgostar prontamente de uma posição no Museu que ambicionava para si, inspirara essa torpíssima ação. Console-nos, ao menos, se a tradição não mente, a certeza de que o autor de tamanha infâmia não era português” (pág. 4).

Não podemos deixar de transcrever mais este trecho relativo aos manuscritos de A. R. Ferreira: “... Aqui jaziam, até 1842, época em que uma portaria do ministério do reino ordenou que se entregassem ao ministro do Brasil nesta corte, Drummond, *a fim de serem enviados para o Brasil e lá impressos por conta do governo brasileiro, depois do que deveriam ser restituídos ao Museu*. Drummond passou recibo de 258 manuscritos; no Museu apenas ficaram alguns de que havia exemplares duplicados, pelos quais nos tem sido possível avaliar o grande merecimento do autor. Têm já decorrido quase vinte anos; ignoramos se o governo do Brasil já encetou a publicação das obras do Dr. Alexandre; mas podemos afirmar *que nenhum dos manuscritos voltou ainda para o Museu!* Expostos singelamente os fatos; julgamos desnecessários quaisquer comentários.”

Vai nestas palavras uma merecida censura com endereço ao Brasil. Merecida, sim, porque até hoje, 1895, não se publicou nada das obras de A. R. Ferreira fora daquilo que se acha na “Revista do Instituto Histórico”, no Rio de Janeiro e que, como temos visto, se relaciona somente a uma parte dos itinerários. Os Estados, os mais interessados, não quererão, por espontânea resolução, cumprir com um compromisso, assumido outrora pela Nação e que logicamente não tem nada que ver com as mudanças políticas? Guardar os manuscritos e não os publicar, seria a continuação de uma injustiça contra A. R. Ferreira, que foi tão bom brasileiro como português, e é ainda por cima – uma vergonhosa falta de lealdade. Cumprindo-se, porém, embora tarde, a promessa feita, julgo que Portugal facilmente dispensaria-nos do ônus da restituição dos mesmos manuscritos.

Pará, em 15 de maio de 1895.

Dr. E. A. Goeldi.

A instituição à qual dedicara tanto parte de sua vida, o Museu Paraense (hoje Museu Paraense Emílio Goeldi), tivera um declínio drástico com o fim do ciclo da borracha na Amazônia, muitas de suas obras não chegaram a ser divulgadas como deveriam e — como o Museu da Ajuda, o Museu Paraense sofreria saques: em momentos de total abandono administrativo, após a morte de Goeldi, o Museu, se não foi saqueado por tropas estrangeiras, teve suas coleções e biblioteca esvaziadas por pessoas que se serviam dos mais diversos pretextos.

Goeldi refere-se a Alexandre Rodrigues Ferreira como “manta da ciência”. A publicação de obras clássicas pertencentes ao Museu Paraense Emílio Goeldi, assim como de outras, representativas da tradição naturalista, é uma homenagem à Alexandre Rodrigues Ferreira e a todos os cientistas que, diante de condições sociais adversas, lutam por manter viva e desenvolver a pesquisa científica.

